

Proposta Pedagógica:

Programa Educação Plena e Integral





Ficha Técnica

Ronaldo Ramos Caiado

Governador do Estado de Goiás

Daniel Elias Carvalho Vilela

Vice-governador do Estado de Goiás

Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira

Secretária de Estado da Educação

Helena da Costa Bezerra

Secretária-Adjunta de Educação

Lucca Silva Perdigão

Chefe de Gabinete

Oberdan Humberto Rodrigues Valle

Procurador Setorial

Alessandra Oliveira de Almeida

Diretora Pedagógica

Patrícia Moraes Coutinho

Diretora de Política Educacional

Andros Roberto Barbosa

Diretor Administrativo e Financeiro

Giselle Pereira Campos Faria

Superintendente de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Osvany da Costa Gundim Cardoso

Superintendente de Ensino Médio

Elaine Machado Silveira

Superintendente de Desporto Educacional, Arte e Educação

Rupert Nickerson Sobrinho

Superintendente de Atenção Especializada

Márcia Maria de Carvalho Pereira

Superintendente de Gestão Estratégica e Avaliação de Resultados

Cel. Mauro Ferreira Vilela

Superintendente de Segurança Escolar e Colégio Militar

Márcio Roberto Ribeiro Capitelli

Superintendente do Programa Bolsa Educação

Hudson Amarau de Oliveira

Superintendente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Taís Gomes Manvailer

Superintendente de Planejamento e Finanças

Leonardo de Lima Santos

Superintendente de Gestão Administrativa

Gustavo de Moraes Veiga Jardim

Superintendente de Infraestrutura

Bruno Marques Correia

Superintendente de Tecnologia

Marcley Rodrigues de Matos

Chefe da Comunicação Setorial

Equipe da Gerência Educação Integral 2024

Bianca Kelly Verly Maia Pereira

Gerente de Educação Integral

Janaína Fernandes da Silva Maracaípe

Coordenadora de Informação e Monitoramento das Escolas de Tempo Integral

José Joaquim Gomes Neto

Coordenação de Acompanhamento das Escolas de Tempo Integral - EF e EM

Belizia Oliveira Nóbrega

Dorian Carneiro de Abreu Carvalho Pinto

Glenia das Chagas Carneiro Silva

Gustavo Bordignon Franz

Herica Cristina de Araújo

Kathelyn Luiza Gonçalves Barbosa

Marcilene Barbosa de Andrade

Mirian Vieira Teixeira

Silvia Aparecida dos Santos Santana

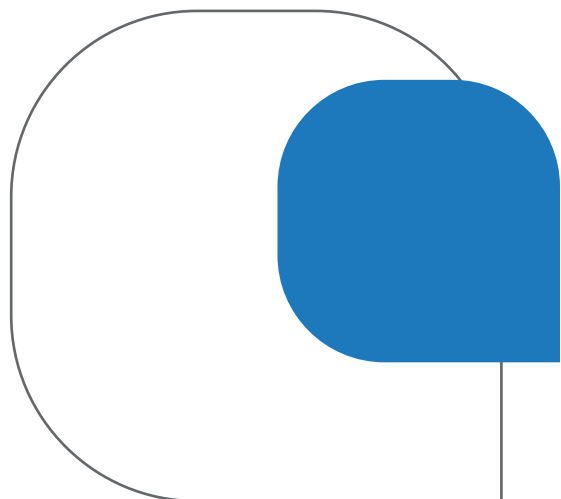
Revisão

Marcilene Barbosa de Andrade

Projeto Gráfico e Diagramação

Alexandra Rita Aparecida Arruda de Souza

Sarah Marciano Silva



Sumário

APRESENTAÇÃO • 7

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL EM GOIÁS • 8

- » MARCOS LEGAIS • 8
- » COMO TUDO COMEÇOU • 10

CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA • 15

- » FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E CONCEITUAIS • 15
- » PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E EIXOS FORMATIVOS • 17
- » PRINCÍPIOS EDUCATIVOS • 17
 - » Protagonismo • 18
 - » Quatro Pilares da Educação • 19
 - » Pedagogia da Presença • 20
 - » Educação Interdimensional • 22
- » EIXOS FORMATIVOS • 23
 - » Formação Acadêmica de Excelência • 23
 - » Formação para a Vida • 24
 - » Formação de Competências para o Século XXI • 25
- » A ESTRUTURA CURRICULAR DOS CEPIS • 25
- » MATRIZ CURRICULAR • 26
- » ARTICULAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E A INTEGRAÇÃO CURRICULAR • 27

» COMPONENTES CURRICULARES DA INTEGRAÇÃO
CURRICULAR • 28

» Protagonismo Juvenil - Ensino Fundamental e Ensino
Médio • 30

» Protagonismo e Liderança • 31

» Clubes Juvenis • 32

» Projeto de Vida – Ensino Médio • 33

» Estudo Orientado I – Ensino Fundamental e Ensino Médio • 36

» Estudo Orientado Língua Portuguesa e Estudo Orientado
Matemática do Ensino Fundamental e Ensino Médio • 38

» Eletivas - Ensino Fundamental e Ensino Médio • 41

» Feirão das Eletivas e o Processo de Escolhas • 41

» Culminância • 42

» Iniciação Científica – Ensino Fundamental • 42

» Práticas Experimentais – Ensino Fundamental e Ensino
Médio • 45

» Planejamento • 46

» Requisitos para o espaço destinado às Práticas
Experimentais: • 47

» Execução • 48

» Conclusão • 49

» Preparação Pós-Médio – Ensino Médio • 51

» METODOLOGIAS • 52

» ACOLHIMENTO • 54

» Acolhimento da Equipe Escolar • 54

» Acolhimento dos Pais e Responsáveis • 56

» Acolhimento dos Estudantes • 56

» Acolhimento Diário • 57

» TUTORIA • 59

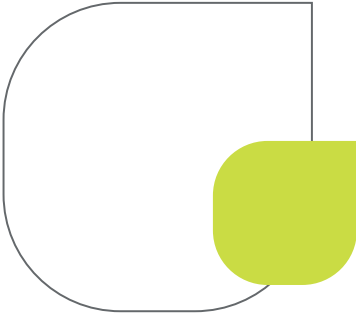
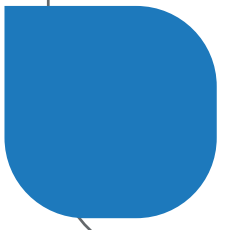
- » AMBIENTES DE APRENDIZAGEM • 62
- » CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO • 64
 - » Pré-Conselho de Classe • 64
 - » Execução do Conselho de Classe • 65
- » ROBÓTICA EDUCACIONAL • 65
- » NIVELAMENTO / RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS • 67
 - » Etapas do Nivelamento • 67

CONCEPÇÃO DE GESTÃO: CIRCUITO DE GESTÃO GOIANO • 71

- » DESDOBRAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO • 71
 - » Mapa de Atividades • 72
 - » Reuniões Gerenciais • 73
 - » Agenda Bimestral • 75
- » MEU CEPI É 10 • 75

REFERÊNCIAS • 77

ANEXOS • 79



Agradecimento

Agradecemos a valiosa contribuição de todos os membros que passaram pela equipe da Educação em Tempo Integral, assim como a todos os institutos do terceiro setor. Seu apoio, parceria e orientação foram fundamentais na construção do caminho que percorremos, desde a idealização até a concretização deste projeto.

Apresentação

A Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Seduc/GO, por meio da Diretoria Pedagógica/Superintendência de Ensino Médio/Gerência de Educação Integral, prioriza a aprendizagem do estudante e, conseqüentemente, a organização do trabalho pedagógico em prol da oferta de um ensino de qualidade que vise à formação integral do sujeito, conforme disposto na Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Nesse contexto, a ampliação dos tempos e espaços propostos para os Centros de Ensino em Período Integral – Cepis constitui uma estratégia fundamental para viabilizar as metodologias necessárias ao desenvolvimento integral dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Dessa forma, possibilita-se ao estudante atuar com discernimento, criticidade e responsabilidade em todos os contextos sociais e culturais.

Com esse enfoque, a Gerência de Educação Integral apresenta, como fruto de um trabalho coletivo, esta Proposta Pedagógica, direcionada aos Centros de Ensino em Período Integral, com o intuito de oferecer ao estudante, além dos componentes curriculares previstos no Núcleo de Formação Geral Básica e no Núcleo de Integração Curricular da BNCC, oportunidades para aprender e desenvolver práticas pedagógicas integradas ao currículo, as quais o apoiarão no planejamento e execução do Projeto de Vida. É importante salientar que, além de um desenho curricular diferenciado, os Cepis se destacam também pela metodologia, concepção pedagógica e gestão escolar, as quais servem como instrumentos de planejamento, gerenciamento e avaliação das atividades de toda a comunidade escolar.

Nesse sentido, espera-se que esta Proposta Pedagógica, elaborada como suporte à organização e operacionalização das atividades realizadas nos Centros de Ensino em Período Integral, viabilize reflexões e promova ações educativas que contribuam para a efetivação de uma educação pública de qualidade no Estado de Goiás.



HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL EM GOIÁS

MARCOS LEGAIS

No Brasil, a educação em tempo integral tem se estruturado de forma significativa, sendo vista como uma estratégia crucial para melhorar a formação dos estudantes. Essa modalidade contribui para que os alunos se tornem mais conscientes e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Desde 2006, o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc/GO), vem investindo nessa modalidade, introduzindo inovações no currículo e modificando o tempo de permanência dos estudantes nas escolas.

A educação é assegurada como um direito de todos os cidadãos brasileiros, conforme o artigo 6º da Constituição Federal de 1988. Especificamente no artigo 205, estabelece-se que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, CF; 1988)

Outro ordenamento jurídico que reforça esses preceitos constitucionais, atribuindo ao Estado, à família e à sociedade o dever de assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação, visando ao seu pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, artigo 53.

Esse mesmo ordenamento é reafirmado na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, conforme o trecho a seguir:

A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e dos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, artigo 2º - LDB 9.394/96).

É importante ressaltar a intencionalidade e o valor desses preceitos jurídicos e constitucionais no que se refere ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, pois eles evidenciam uma concepção ampla do direito à educa-

ção integral dos(as) estudantes. Nesse sentido, o fortalecimento de valores para as novas gerações deve estar pautado na necessidade de oferecer uma educação que vá além dos conteúdos intelectuais transmitidos pela docência, abrangendo também a apropriação e vivência de valores. Assim, as diversas aprendizagens adquiridas na escola devem agregar valor às dimensões da vida pessoal, social e produtiva dos(as) estudantes.

Portanto, é essencial proporcionar uma educação que garanta a formação dos sujeitos em suas múltiplas dimensões, reconhecendo-os como um todo. Afinal, as “atividades produtivas passam a depender cada vez mais do uso de conhecimentos e exigem pessoas criativas, críticas, propositivas, colaborativas e flexíveis, preparadas para agir e se adaptar rapidamente às mudanças dessa nova sociedade” (ICE, 2020). Para isso, a escola deve assumir o papel de articuladora das diversas experiências educativas que os(as) estudantes possam viver dentro e fora dela, com uma intencionalidade clara que favoreça as aprendizagens para o desenvolvimento integral.

Além dos dispositivos legais, é necessário considerar também os Planos Nacional e Estadual de Educação, uma vez que ambos fomentam a política de educação em tempo integral na rede pública estadual de Goiás. Destaca-se a Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024, cuja Meta 6 pro-

põe: “Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) estudantes da educação básica” (Brasil, PNE, 2014).

Em Goiás, o Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 18.969/2015, para o decênio 2015/2025, prevê na Meta 3 a necessidade de “ampliar a oferta da educação em tempo integral em 50% das escolas da rede pública, atendendo, de forma gradativa, a 25% das matrículas até o final da vigência deste Plano” (Goiás, PEE, 2015). Nesse contexto, o Plano de Expansão das Escolas de Tempo Integral em Goiás visa alcançar a Meta 6 do PNE. Para atingir essa meta, o Estado precisa atrair mais estudantes para esse modelo de ensino e implantar novos Centros de Ensino em Período Integral.

Com o objetivo de assegurar a educação integral em escolas de tempo integral, bem como apoiar o processo de implantação em novas unidades, o Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/GO) publicou a Resolução CEE/GO nº 03 de 16 de fevereiro de 2018. No capítulo XIII, artigo 57, a resolução estabelece:

O Sistema de Educação do Estado de Goiás apoiará, em todas as etapas da educação básica das unidades escolares públicas e privadas, a progressiva implementação da escola em tempo integral, visando melhor qualificar os processos de aprendizagem para o educando atinja com êxito os mais

elevados níveis de ensino. (CEE/GO, 2018)

Esse mesmo documento legal esclarece que o elemento que caracteriza uma escola de tempo integral não é o tempo cronológico, mas sim um projeto pedagógico em que a escolarização se dê de forma holística e contínua. Isso inclui a programação, execução e avaliação das ações pedagógicas; a concepção do espaço escolar; e a presença de professores(as) em tempo integral, reforçando o que já é preconizado nas escolas de tempo integral de Goiás.

Dessa forma, a implantação do Programa Educação Plena e Integral encontra-se amparada por legislações federais e estaduais, devendo ser consolidada pelas unidades escolares que optarem por trabalhar com essa proposta de ensino por meio do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação. Isso deve ser feito de maneira que atenda às expectativas da comunidade, da equipe escolar e, principalmente, dos(as) educandos(as), com foco no desenvolvimento pleno dos(as) estudantes em todas as dimensões da formação humana.

Em maio de 2024, foi instituída a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc/GO), por meio da Portaria nº 2458/2024, com o objetivo de orientar as práticas, os instrumentos e as ações que norteiam a oferta de ensino de qualidade e equidade, além de promover a ampliação das matrículas na educação em tempo

integral, sob a perspectiva da educação integral.

COMO TUDO COMEÇOU

A educação integral é reconhecida como um direito humano fundamental pela Constituição Brasileira, sendo essencial buscar caminhos que garantam a formação dos indivíduos em suas múltiplas dimensões, reconhecendo o ser humano em sua totalidade. Nessa perspectiva, os Cepis devem assumir o papel de articuladores as diversas experiências educativas que o (a) estudante pode vivenciar dentro e fora da escola, com uma intencionalidade clara que favoreça aprendizagens significativas para o desenvolvimento integral.

Na rede estadual de ensino de Goiás, a educação em tempo integral teve início em 2006 com o **Projeto Escola Estadual de Tempo Integral (EETI)**, destinado a atender estudantes do Ensino Fundamental – Anos Iniciais em 31 escolas, conforme a Portaria nº 0587/2007 – GAB/SEE. No ano seguinte, o projeto foi ampliado para os Anos Finais e implantado em novas escolas. No **Projeto EETI**, os componentes curriculares da Formação Geral Básica eram ministrados no período matutino, enquanto no período vespertino eram oferecidas atividades pedagógicas nas áreas de Linguagens, Matemática e Ciências, além de atividades artísticas, culturais, esportivas e de integração social. É importante destacar que os(as) professores(as) não atuavam

em regime de dedicação plena.

Até 2011, o Projeto EETI foi organizado com uma jornada escolar de 10 horas diárias, chegando a atender 120 unidades escolares (GOIÁS, 2011). Nesse ano, a proposta pedagógica foi reformulada em parceria com a Fundação Itaú Social/Cenpec, resultando em mudanças na Matriz Curricular, que começaram a ser implementadas em 2012. A partir desse ano, os(as) estudantes passaram a permanecer na escola por 8 horas diárias, mas a integralidade dos(as) professores(as) não foi novamente assegurada, o que trouxe prejuízos para a consolidação do **Projeto EETI** e para a obtenção de melhores resultados.

Mesmo após a reformulação do Projeto, os componentes curriculares da Formação Geral Básica continuaram sendo ministrados em turnos separados, com a Formação Geral Básica no turno matutino e a Ampliação da Aprendizagem (parte diversificada) no turno vespertino. No entanto, orientava-se que o planejamento das aulas, envolvendo as duas partes, fosse realizado de forma integrada, o que não foi plenamente possível devido à falta de dedicação plena dos(as) professores(as).

Em 2011, a educação em tempo integral em Goiás passou a ser abordada pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás (CEE/CP) por meio de normativas que trouxeram elementos importantes sobre a proposta pedagógica adotada até aquele momento. Além

disso, reforçou-se o compromisso em relação ao que caracterizava uma escola desse modelo, ao afirmar que “o que caracteriza uma escola de tempo integral não é o fator tempo, mas a programação de ações pedagógicas que o preenche e o utiliza adequadamente.”

Com a publicação da Lei nº 17.920, em dezembro de 2012, instituíram-se os Centros de Ensino em Período Integral, por meio dos quais estudantes do Ensino Médio, a partir de 2013, também começaram a ser atendidos em tempo integral. Inicialmente, o modelo foi implantado em 15 unidades escolares, nas quais os integrantes do Quadro do Magistério deveriam trabalhar em regime de dedicação plena e integral, e o tempo de permanência dos estudantes foi definido em 9h30min. Para o desenvolvimento dessa proposta pedagógica, o **Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)** foi contratado para prestar consultoria no processo de criação e implantação desse modelo de ensino, com o intuito de proporcionar a formação integral dos estudantes nas dimensões intelectual, física, social e cultural. Assim, todos os tempos e espaços da escola foram cuidadosamente planejados para proporcionar aprendizagens que possibilitassem uma formação plena de sentido, significado e escolhas.

Nesse mesmo ano (2013), a Seduc/GO, em parceria com o Instituto Jaime Câmara, desenvolveu, em duas escolas, das iniciadas em 2006, o Projeto Experimental **Ser Pleno**, uma propos-

ta pedagógica inovadora com bases conceituais, pressupostos e princípios fundamentados em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de leituras, estudos e discussões sobre experiências de sucesso em outras partes do Brasil e do mundo. No ano seguinte, esse Projeto Experimental foi expandido para mais 8 escolas que, até então, atendiam em tempo parcial, por meio da Lei nº 18.671/2014, que implantou o projeto-piloto, em caráter experimental, em Unidades Escolares de Educação Integral em Tempo Integral, conhecido como Projeto **Ser Pleno**.

Em 2014, com a expansão do **Programa Mais Educação** – MEC para todas as unidades escolares inseridas no Projeto EETI, houve a necessidade de adequação do tempo de permanência dos estudantes na escola e, conseqüentemente, da carga horária da Matriz Curricular da EETI. A nova proposta de educação integral para o Ensino Fundamental estava fundamentada em quatro eixos de formação e desenvolvimento humano: cognitivo, cultural, esportivo e social, e apoiava-se na ideia de que a extensão do tempo escolar, associada à vivência de ações socioeducativas amplas, diversificadas e articuladas, representaria novas oportunidades de aprendizagem, garantindo aos estudantes uma formação mais completa.

A partir desse momento, o Estado de Goiás passou a oferecer diferentes propostas pedagógicas de educação integral em tempo integral aos estudan-

tes do Ensino Fundamental e Ensino Médio. É relevante destacar que, além dos modelos citados acima, Goiás havia aderido ao **Programa Mais Educação** – MEC para o início das atividades no ano de 2009.

No ano de 2016, a Seduc/GO unificou as propostas pedagógicas de educação integral em tempo integral no Estado de Goiás, passando a atender 174 (cento e setenta e quatro) escolas, que foram renomeadas como Centros de Ensino em Período Integral. A partir disso, foi implementado na Matriz Curricular o Núcleo Diversificado, composto por componentes curriculares que ampliam e fortalecem a Formação Geral Básica, as vivências de protagonismo e o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes.

Em razão dessa unificação, as escolas de tempo integral passaram a seguir uma proposta única quanto à adoção de Princípios Educativos e Eixos Formativos, os quais são utilizados para dar sustentabilidade pedagógica ao modelo adotado. Esses princípios e eixos têm como foco a formação de adolescentes e jovens “autônomos, solidários e competentes” (ICE, 2020), tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio. Assim, as Matrizes Curriculares trazem especificidades adequadas à realidade e à faixa etária dos estudantes.

Desse modo, a partir da unificação da proposta pedagógica das escolas de tempo integral e da nova realidade imposta ao Ensino Fundamental, percebeu-se um grande impacto na for-

mação acadêmica e pessoal dos estudantes, bem como na concepção de educação integral por parte da equipe escolar e da comunidade, tornando as escolas mais significativas.

Nesse novo contexto, a permanência do docente nos Cepis de Ensino Fundamental passou a ser de 40 horas semanais de trabalho efetivo, em regime de dedicação plena e integral, incluindo carga horária multidisciplinar ou de gestão especializada, permitindo a adoção de planejamento pedagógico-educacional coletivo e tempo de estudos envolvendo o corpo docente, o grupo gestor e a coordenação pedagógica, a serem cumpridos na unidade.

Cabe destacar que, em 2016, a Seduc realizou a adesão ao Programa de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI/MEC), criado pela Medida Provisória nº 746/2016, da Presidência da República, e instituído pela Portaria nº 1.145/2016-MEC, servindo como aporte aos investimentos financeiros para os Cepis de Ensino Médio. A implantação desse Programa Federal contou com a assessoria do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), Instituto Sonho Grande (ISG) e Instituto Natura (IN), sendo que ISG e IN atuam até hoje como parceiros da Seduc/GO.

No ano seguinte, foi publicada a Lei nº 19.687, de 22 de junho de 2017, que normatizou 176 escolas para atuarem como Centros de Ensino em Período Integral, reforçando o objetivo do Go-

verno de Goiás em relação ao compromisso e à excelência do trabalho a ser realizado pelos Cepis.

Maior eficiência administrativa e educacional, com produção de impactos positivos na qualidade do ensino, aplicando modelo pedagógico específico, com vistas à obtenção de maior eficiência educacional mediante expansão do tempo de permanência dos alunos e professores neles. (Art. 1º, Inciso II).

Entre os anos de 2017 e 2022, ocorreram revogações de funcionamento de alguns Cepis e a implantação de novos, alterando, ao longo desses anos, tanto o número de escolas atendidas nesse modelo quanto a proposta pedagógica. Em 2022, estavam em funcionamento 258 (duzentos e cinquenta e oito) Cepis, sendo 221 (duzentos e vinte e um) com 9 (nove) horas e meia de funcionamento diário, 30 (trinta) com 7 horas e 7 (sete) com duplo turno de 7 (sete) horas.

Cabe ressaltar que a proposta de duplo turno de 7 horas foi desenvolvida em 2021 como um projeto piloto, estendendo-se aos novos Cepis que apresentaram alta demanda de estudantes para o desenvolvimento da Proposta Pedagógica do Programa Educação Plena e Integral. Em 2022, foram implantados 2 (dois) Cepis com Educação Profissional e Tecnológica (EPT), ofertando cursos de Química e Informática.

Diante disso, a Proposta Pedagógica

para a Educação em Tempo Integral no Estado de Goiás, aplicada atualmente, é fruto das diversas experiências vivenciadas pela Seduc/GO, normatizada pela Lei nº 20.917, de 21 de dezembro de 2020, que instituiu o **Programa Educação Plena e Integral**. Com o **Programa Escola em Tempo Integral**, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, fomentou-se a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, com vistas à educação integral. A partir desse programa, em 2024, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Guia para Elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral, contendo orientações práticas e indicações de referências suplementares como subsídio para que os entes federativos produzam suas próprias políticas. Assim, a Seduc/GO instituiu a Política de Educação Integral no Estado de Goiás em 2024, por meio da PORTARIA Nº 2458/2024, de 06 de maio de 2024, validada pelo PARECER SGG/COCP - CEE-18461 Nº 7/2024.

Essa política fortalece a proposta pedagógica dos Centros de Ensino em Período Integral de Goiás e consolida os fundamentos educacionais que norteiam a implementação da educação integral em tempo integral na rede estadual.

Em 2024, 16 (dezesseis) novas escolas foram transformadas em Cepis, e a educação profissional e tecnológica foi fortalecida com a implementação do projeto Jornada para o Futuro, fruto de uma parceria entre a Seduc/GO e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti/GO). Atualmente, a rede de educação em tempo integral conta com 263 Cepis, dos quais 74 ofertam exclusivamente o Ensino Fundamental Anos Finais, 49 são voltados apenas para o Ensino Médio, e 140 abrangem tanto o Ensino Fundamental Anos Finais quanto o Ensino Médio. Além disso, 26 Cepis disponibilizam cursos de Educação Profissional e Tecnológica, evidenciando a expansão simultânea das políticas de educação em tempo integral e da formação



Foto: Hevelyn Gontijo



2 CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

profissional em âmbito estadual, alinhadas com os parâmetros nacionais.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS E CONCEITUAIS

A concepção de educação integral adotada nos Centros de Ensino em Período Integral visa ao desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões — intelectual, física, emocional, social e cultural —, que devem ser trabalhadas de forma integrada. Trata-se também de um projeto coletivo, compartilhado por estudantes, famílias, educadores, gestores e comunidades locais. Para delinear a proposta pedagógica do Programa Educação Plena e Integral, foram definidos como referenciais o Relatório da Unesco “Educação: um tesouro a descobrir” e o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A educação em tempo integral emerge como uma das estratégias mais significativas para oferecer uma formação escolar de excelência, que permita o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e ao exercício da cidadania. Isso ocorre porque considera que todos os(as) estudantes precisam ser estimulados e nutridos em suas múltiplas dimensões.

A BNCC, em relação ao compromisso com a educação integral, tem como propósito a formação e o desenvolvimento global dos(as) estudantes, “o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva” (2017, p.14). No entanto, esse documento aponta para alguns desafios de aprendizagem impostos pela sociedade contemporânea, que precisam ser incluídos intencionalmente no processo educativo para que os(as) estudantes consigam:

reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BRASIL, 2018, p.14).

Para contribuir com o desenvolvimento global do ser humano e superar os desafios mencionados, são utilizadas, nos Centros de Ensino em Período Integral (Cepis), metodologias e práticas que fazem sentido para os(as) estudantes. Essas metodologias constroem pontes entre o conhecimento e a vida, promovem o nivelamento das aprendizagens, oportunizam vivências protagonistas e incentivam a construção dos projetos de vida, por meio da adoção de estratégias que promovem a integração e a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares. Essas ações estão previstas na BNCC e são vistas como mecanismos para a busca da equidade e da formação plena dos(as) estudantes. Dessa forma, a BNCC se apresenta como uma das principais diretrizes para assegurar a Proposta Pedagógica aqui apresentada, uma vez que destaca a necessidade de que a educação brasileira caminhe na direção de uma formação humana integral, considerando os aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais, diante de uma sociedade que precisa ser transformada para assegurar justiça, democracia e inclusão.

A formação integral é resultado de um currículo orientado pelo desenvolvimento de competências pessoais e sociais, associado às competências cognitivas. A combinação entre conhecimento e atitude é decisiva para o sucesso do(a) estudante nas diferen-

tes dimensões de sua vida — pessoal, social ou produtiva. Para desenvolver o currículo de forma a contribuir para o desenvolvimento pleno dos(as) estudantes, é fundamental considerar a ampliação do tempo de permanência de todos, tanto da equipe escolar quanto dos(as) estudantes, como uma estratégia indispensável.

Essa visão propõe um ideal de ser humano e de sociedade que atenda às demandas do mundo atual, sendo necessário considerar a completude do ser humano. Segundo o Relatório da Unesco (2020), “a educação deve preparar os indivíduos para a vida em todas as suas dimensões, para serem cidadãos informados e comprometidos, e para participar em sociedades diversificadas e interconectadas. Ela deve promover a responsabilidade social e global, assim como a empatia e a solidariedade” (UNESCO, 2020, p. 14).

Assim, com o compromisso de garantir uma proposta pedagógica educativa que vise à integralidade do sujeito, entende-se que o Relatório da Unesco e a BNCC constituem o arcabouço teórico para a efetivação da proposta pedagógica desenvolvida nos Centros de Ensino em Período Integral no estado de Goiás.

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS E EIXOS FORMATIVOS

A concepção pedagógica é o sistema que articula o currículo da Formação Geral Básica e da Integração Curricular, considerando as diretrizes e parâmetros nacionais e locais, fundamentados em princípios educativos por meio dos quais a prática pedagógica se realiza. Essa concepção é orientada por eixos formativos, sendo o(a) estudante e o respectivo Projeto de Vida o centro do modelo adotado em Goiás.

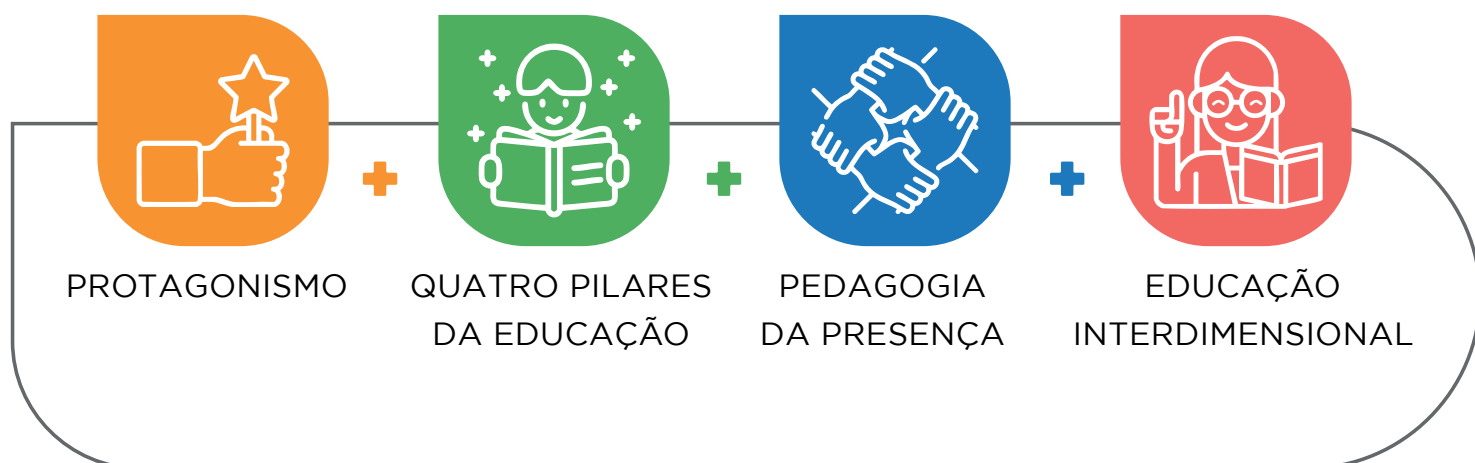
Dessa forma, os Centros de Ensino em Período Integral possuem uma Concepção Pedagógica respaldada em princípios educativos e eixos formativos, que servem para alinhar os referenciais filosóficos e conceituais contidos nesta Proposta Pedagógica, com vistas à formação plena dos(as) estudantes. Assim, eles serão capazes de desenvolver uma visão do pró-

prio futuro e transformá-lo em realidade, a fim de responder aos contextos, desafios e possibilidades trazidos pelo século XXI, obtendo resultados satisfatórios nas três dimensões da vida humana — pessoal, social e produtiva — e naquilo que é considerado mais importante: o projeto de vida.

Para compreender a concepção que orienta as atividades pedagógicas nos Cepis, é necessário conhecer os conceitos e princípios educativos e eixos formativos, além de entender como eles se articulam na prática pedagógica e na rotina diária dessas escolas.

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

A prática pedagógica desenvolvida nos Cepis está fundamentada em quatro princípios educativos que se alinham à grande missão de formar jovens autônomos, solidários e competentes, **conforme representados no desenho a seguir.**



Esses Princípios devem orientar a elaboração do Projeto Político-Pedagógico dos Cepis, uma vez que se trata de um documento norteador para os demais que serão elaborados, como, por exemplo, o Regimento Escolar, o Plano de Ação, os Códigos de Ética, entre outros.

Protagonismo

A palavra “protagonismo”, de origem grega, inicialmente usada no teatro e na literatura, e mais recentemente na sociologia e na política para ilustrar os atores sociais como agentes principais de seus respectivos movimentos, também é aplicada na educação. Nesse contexto, os(as) educadores(as) passam a chamar de protagonismo os processos, movimentos e dinâmicas sociais e educativas nos quais adolescentes e jovens, com ou sem o apoio dos educadores, assumem o papel principal nas ações que executam.

Como princípio educativo, o protagonismo fundamenta o projeto escolar, visando materializar-se em práticas e vivências. A educação proposta por esse modelo tem como objetivo principal formar jovens autônomos, solidários e competentes, que, por meio das experiências nos diversos tempos e espaços da escola, desenvolvem e ampliam suas potencialidades. Essas vivências devem ser proporcionadas aos estudantes nas aulas de todos os componentes curriculares.

Nesse sentido, o protagonismo também se manifesta pela inserção de novas práticas de ensino, que colocam o estudante em posição de destaque no processo de ensino-aprendizagem, garantindo a construção de saberes sólidos e transformadores da realidade, a partir de problemas e situações reais. Uma das possibilidades para estimular jovens autônomos, competentes e solidários é o uso de metodologias ativas em sala de aula, que resultam em uma transformação na maneira como estudantes e professores(as) concebem o aprendizado. Ao proporcionar que o(a) estudante pense de maneira diferente, automaticamente desenvolvem-se habilidades relacionadas à autonomia, à resolução de problemas, à colaboração, à confiança, ao protagonismo, ao senso crítico, à empatia, à responsabilidade e à participação.

Portanto, é imprescindível entender que o protagonismo não se restringe a iniciativas como Clube Juvenil ou Líder de Turma; ele deve estar presente no planejamento dos(as) professores(as), nas avaliações, nas metodologias e, enfim, na rotina escolar. Além disso, é importante destacar que, nas ações de protagonismo, o(a) estudante se mobiliza em torno de atividades que extrapolam o âmbito dos seus interesses individuais e familiares, podendo ter como espaço a escola, a vida comunitária (igrejas, clubes, associações etc.).

Quatro Pilares da Educação

Os Quatro Pilares da Educação da Unesco foram elaborados por Jacques Lucien Jean Delors, economista e político francês, o qual estudou economia na Sorbonne. Foi professor visitante na Universidade Paris-Dauphine (1974-1979) e na Escola Nacional de Administração (França). De 1992 a 1996, presidiu a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, da Unesco. Nesse período, Jacques Delors foi autor do relatório “Educação, um tesouro a descobrir”.

Durante seu trabalho na Unesco, apontou como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda vida, fundamentada em quatro pilares, que são, concomitantemente, do conhecimento e da for-

mação continuada. Assim, uma nova e ampla concepção de educação passaria a ser uma condição essencial para responder aos desafios do novo século, na qual a visão instrumental de educação seria superada e passaria a ser considerada como o meio para a realização da pessoa em toda a sua plenitude, ou seja, aquela que aprende a conhecer, aprende a fazer, aprende a conviver e aprende a ser.

Essas quatro vias não podem ser dissociadas, uma vez que estão interligadas, constituindo interação com o fim único de uma formação holística do indivíduo, isto é, nenhum pilar se sobrepõe a outro, e todos devem ser objeto de igual atenção durante o processo estruturado de educação.

A seguir, uma síntese dos Quatro Pilares para a educação no século XXI:

Aprender a Conhecer: é necessário tornar prazeroso o ato de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento para que não seja efêmero, para que se mantenha ao longo do tempo e para que valorize a curiosidade, autonomia e a atenção permanente. É preciso, também, pensar o novo, reconstruir o velho e reinventar o pensar.

Aprender a Fazer: não basta preparar-se com cuidados para se inserir no setor do trabalho. A rápida evolução por que passam as profissões pede que o indivíduo esteja apto a enfrentar novas situações de emprego e a trabalhar em equipe, desenvolvendo espírito cooperativo e de humildade na reelaboração conceitual e nas trocas, valores necessários ao trabalho coletivo. Ter iniciativa e intuição, gostar de uma certa dose de risco, saber comunicar-se, resolver conflitos e ser flexível. Aprender a fazer envolve uma série de técnicas a serem trabalhadas.

Aprender a Conviver: no mundo atual, este é um importantíssimo aprendizado por valorizar quem aprende a viver com os outros, a compreendê-los, a desenvolver a percepção de interdependência, a administrar conflitos, a participar de projetos comuns, a ter prazer no esforço comum.

Aprender a Ser: é importante desenvolver sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa e crescimento integral da pessoa em relação à inteligência. A aprendizagem precisa ser integral, não negligenciando qualquer uma das potencialidades de cada indivíduo.

Os Quatro Pilares da Educação são aprendizagens fundamentais para que uma pessoa possa se desenvolver plenamente, considerando a progressão das potencialidades, ou seja, a capacidade de cada um de fazer crescer algo que traz consigo ou mesmo que adquirir ao longo da vida e são considerados princípios educativos.

Faz-se necessário que toda a equipe escolar atue de forma intencional no acompanhamento do desenvolvimento dos(as) estudantes quando se trata, também, dos Quatro Pilares da Educação.

Pedagogia da Presença

O princípio “Pedagogia da Presença” está presente nas ações de toda equipe escolar, a partir de atitudes participativas e afirmativas, ultrapassando as fronteiras da sala de aula. Materializa-se por meio do estabelecimento de vínculos de consideração, afeto, respeito e reciprocidade entre os estudantes e educadores. É o fundamento da relação entre quem educa e quem é educado e traduz a capacidade do educador de se fazer presente na vida do(a) estudante, satisfazendo uma necessidade vital do processo de formação humana.

Segundo Costa (2002), a Pedagogia da Presença representa um passo na direção do grande esforço para melhoria da qualidade da relação estabelecida entre educador(a) e educando(a), tendo como base a influência constru-

tiva, criativa e solidária favorável ao desenvolvimento pessoal e social das crianças, adolescentes e jovens.

A presença educativa diz respeito a um relacionamento no qual duas pessoas se revelam uma para a outra. Isso requer abertura, troca, respeito mútuo, reciprocidade e, na realidade, essa troca é rotineira e espontânea: um bom dia, um olhar, uma palavra, um incentivo, um gesto, um conselho, um sorriso, enfim, são gestos e atitudes que não custam nada, mas que podem modificar inteiramente nosso trabalho. Aqui está o segredo de todo o processo educativo.

Assim, a essência da Pedagogia da Presença é a reciprocidade. O objetivo central é a mudança da forma com a qual o(a) estudante se relaciona consigo e com os outros, no processo de Aprender a Ser, Aprender a Conviver, Aprender a Conhecer e Aprender a Fazer, conforme norteiam os Quatro Pilares da Educação propostos pela Unesco e que é um dos princípios também presentes no Cepi.

Na prática, a presença pedagógica se traduz no compartilhamento de tempo, experiências e vivências entre educador e estudante. No ato de educar, estudante e educador se tornam visíveis, perceptíveis e se fazem presentes em seu meio, em seu tempo e em suas histórias, como indivíduos e como membros de suas gerações. O que torna isso possível para o jovem é a percepção de que “alguém compreendeu e acolheu suas vivências,

sentimentos e aspirações, filtrou-os a partir de sua própria experiência e comunicou-lhe com clareza a solidiedade e a força para agir” (COSTA, 2002).

Presença não é dom, e é possível aprender a ser/estar presente se houver a disposição necessária para isso. Assim, torna-se possível o envolvimento pleno no ato de educar, pois não basta cumprir um ritual de presença. Ao mesmo tempo, traz a consciência dos limites desse ato porque se entregar de maneira irrefletida e sem limites não é desejável. COSTA (2002), identifica três componentes essenciais nessa disposição interior para a presença:

■ **abertura para conhecer:** compreender, envolver-se de maneira sadia na experiência do outro, ir além dos contatos superficiais e da intervenção puramente objetiva e técnica. É essa capacidade de deixar penetrar sua vida pela vida dos outros que torna possível captar seus apelos e responder adequadamente às suas dificuldades e aos seus impasses, pré-requisitos para a aceitação e a reciprocidade.

■ **reciprocidade em uma interação:** os envolvidos se mostram receptivos um com o outro, revelam-se mutuamente, aceitam-se e comunicam seus conteúdos sem renunciar a sua originalidade.

■ **compromisso do educador perante o(a) estudante:** refere-se ao envolvimento integral no ato de educar. O(A) educador(a) assume um compromisso que vai muito além da adaptação do(a) estudante, à medida que este amplia a própria autonomia e bases de liberdade, escolha e compromisso consigo mesmo e com os outros, tornando-se mais competente para aproximar e integrar o ser (o que é) e o querer ser/tornar-se (o que quer ser/ tornar-se).

Na verdade, o exercício da Pedagogia da Presença é tarefa de todas as pessoas envolvidas em uma instituição dedicada à educação: professores(as), coordenadores(as), porteiros(as), pessoal administrativo, gestores(as) e outros. Não se trata de trabalho restrito à sala de aula, já que todos os profissionais envolvidos devem atuar com coesão e cientes da própria corresponsabilidade pelos resultados educacionais, na perspectiva da formação dos(as) estudantes, ou seja, cada pessoa presente no ambiente escolar tem um papel educador.

De acordo com BNCC, é essencial que a educação promova o desenvolvimento integral dos estudantes, visando à formação de cidadãos críticos, responsáveis e preparados para a convivência em uma sociedade plural. Portanto, é necessário que todos os profissionais dos Cepis incorporem atitudes básicas que lhe permitam exercer uma influência construtiva, criativa

e solidária na vida dos(as) estudantes e que venham contribuir de forma positiva na formação plena e integral deles(as).

Educação Interdimensional

A Educação Interdimensional é um princípio educativo que está alinhado à concepção de formação integral do indivíduo que deve contribuir para o desenvolvimento pleno dos(as) estudantes, considerando todas as dimensões formativas – intelectual, física, afetiva, social e cultural –, as quais devem ser trabalhadas de modo integrado pelos Cepis.

A perspectiva apontada pela Unesco, no Relatório sobre **Educação para o Século XXI**, destaca a necessidade de conceber e tratar a educação na sua dimensão mais ampla: a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito, corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade. Todo ser humano deve ser preparado, em especial pela educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos, bem como para formular seus próprios juízos de valor, de modo que possa decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

De acordo com o **Centro de Referências em Educação Integral**, a formação integral e global do(a) estudante deve acontecer tendo em vista os seguintes aspectos:

- **centralidade no(a) estudante:** como o próprio termo diz, o foco é no(a) estudante. Com isso, todo projeto pedagógico deve ser construído e revisitado, a partir das necessidades do(a) estudante. Isso significa que a proposta deve ser personalizada e que tenha, de fato, a participação dos(as) estudantes nessa construção de um processo de ensino-aprendizagem global.
- **aprendizagem permanente:** a aprendizagem permanente pressupõe que todas as dimensões do processo de ensino-aprendizagem estejam inseridas no currículo. Assim, as dimensões desenvolvidas vão além da intelectual, incluindo, também, a social, emocional, física e cultural, compondo, assim, o desenvolvimento integral. Dessa forma, na Educação Integral, os conteúdos acadêmicos se articulam aos saberes dos(as) estudantes e comunidades, dialogam com diferentes linguagens e compõem experiências formativas que envolvem e integram o conhecimento do corpo, das emoções, das relações e códigos socioculturais.
- **perspectiva inclusiva:** a perspectiva inclusiva destaca que as propostas pedagógicas devem respeitar todas as diferenças, como as deficiências, a

origem étnica e racial, religiosa, entre outros. Assim, é proposto que todos os espaços escolares sejam inclusivos e que, nesses locais, os(as) estudantes tenham oportunidade de desenvolvimento em suas inúmeras dimensões.

■ **gestão democrática:** outro aspecto importante é a **gestão democrática, que existe para garantir os interesses e necessidades de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) estudantes. Assim, a gestão democrática pressupõe que as decisões e o acompanhamento das atividades sejam realizados de forma coletiva com a comunidade escolar – estudantes, pais e educadores.**

Como já ressaltado anteriormente, vários documentos colaboraram para o avanço da educação integral nos últimos anos. Um dos mais importantes é a BNCC, uma vez que visa orientar as redes de educação na elaboração dos currículos. Homologada em dezembro de 2017, a BNCC prevê direitos de aprendizagem e desenvolvimento que devem ser assegurados a todos e a cada um dos(as) estudantes de todas as instituições de ensino do país.

Nesse documento, são estabelecidas as diretrizes que guiam as escolas, também, na elaboração dos projetos político-pedagógicos, e essa organização dimensiona o desenvolvimento mais amplo do indivíduo, a partir de um enfoque multidimensional integra-

dor que estimula as instâncias física, afetiva, cognitiva, socioemocional e ética.

EIXOS FORMATIVOS

Os Eixos Formativos estão alinhados aos princípios educativos com o intuito de orientar a prática pedagógica, tanto no âmbito do currículo quanto dos componentes curriculares, do planejamento das aulas, da seleção dos conteúdos, temas, atividades, estratégias, recursos e/ou procedimentos didáticos. Eles coexistem porque são imprescindíveis para formação dos(as) estudantes dos Cepis. **São eles:**



Formação Acadêmica de Excelência

No que se refere ao Eixo Formativo “Formação Acadêmica de Excelência”, no âmbito do desenvolvimento cognitivo, as diretrizes curriculares, no projeto educacional, apontam os conhecimentos escolares como meios para o desenvolvimento de capacidades pelos(as) estudantes, de modo que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos. E, ainda, consideram os conteúdos para além de fatos e conceitos, passando a incluir procedimentos, valores, normas e atitudes.

Nesse sentido, percebe-se que o domínio dos conteúdos escolares não basta para formação da pessoa. Autonomia, solidariedade e competência são condições fundamentais para construção, o desenvolvimento e a realização de sua formação plena e isso requer da escola a consideração as diversas capacidades. Aqui, a função socializadora da escola transcende os conteúdos formais, pois está a serviço de uma visão clara do tipo de sociedade e de pessoa que pretende formar expresso na rotina de cada Cepi.

Portanto, a Formação para a Excelência Acadêmica trata de assegurar as condições ideais de aprendizagem para que os(as) estudantes, em todas as etapas de ensino, desenvolvam as habilidades e atitudes nas diversas áreas do conhecimento, sendo capazes de avançar e fazer uso, aplicar e compartilhar o que aprenderam, ten-

do em vista que esse é um requisito fundamental para que desenvolvam as competências para o século XXI.

Formação para a Vida

O objetivo do Eixo Formativo Formação para a Vida é oportunizar aos(as) estudantes nos diversos tempos e espaços do Cepi, por meio das práticas educativas e das metodologias, o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas a valores e ideais que contribuam para a formação de estudantes autônomos e capazes de tomar decisões baseadas nas crenças, valores e interesses, bem como a fazer escolhas e a responder por elas. A atitude solidária, que implica na capacidade de envolver-se como parte da solução de problemas reais, nasce do comportamento pró-social da infância que, posteriormente, se consolida na figura do protagonista. Portanto, estimular a atuação protagonista no cotidiano escolar é fundamental.

Enfrentar os desafios do século XXI requer um deliberado esforço para cultivar desde cedo nas crianças a compreensão da importância de cumprir com as suas responsabilidades pessoais e sociais, não apenas como estudantes nas suas escolas ou cidadãos de sua cidade, mas cidadãos cuja atuação impactará no mundo, em maior ou menor escala, seja em curto ou longo prazo.

Ressalta-se que o(a) professor (a) tem um papel extremamente importan-

te nesta formação e deve estar especialmente atento para não confundir os espaços entre as suas convicções pessoais e seus valores na formação dos(as) jovens.

Formação de Competências para o Século XXI

Formar as crianças e os jovens para contribuir e atuar no mundo, por meio do trabalho e da vida social, tornou-se um dos nossos maiores desafios neste século. Assim, as reflexões, conceitos e estudos sobre esse Eixo se referem às necessidades de adotar um novo jeito de sentir, olhar e cuidar dos(as) nossos(as) estudantes. A leitura e os estudos até agora realizados acerca das competências para o século XXI devem ser considerados, para efeito da compreensão da formação destas competências, cujo desenvolvimento se dá, desde a base dos anos iniciais, de muitas formas, incluindo a construção de um código mental aberto que permitirá essa criança se desenvolver com uma mente aberta, curiosa e desafiada pelas experiências.

Sendo assim, para possibilitar aos(as) estudantes o desenvolvimento de competências para o século XXI, é necessário fazer com que os(as) estudantes aprenda o que fazer com o conhecimento e as informações que adquirem. Eles(as) podem usar tudo isso para criar coisas novas ou úteis para a humanidade? Como eles(as) podem comunicar o que aprenderam?

Eles(as) conseguem trabalhar junto a outras pessoas e construir algo, mesmo que tenham modelos mentais, formação acadêmica, personalidade e temperamentos diferentes? Parte das respostas podem ser esclarecidas pelos estudos realizados sobre a capacidade humana de aplicar o que se aprende em situações novas, o que os estudiosos chamam de “transferência de conhecimento”.

Dessa forma, é necessário conseguir usar o que se aprende na vida, e essa habilidade de transferir o que se sabe, seja em circunstâncias da vida real, seja dividindo conhecimento com outras pessoas, dizem os estudos, apoia os(as) estudantes no desenvolvimento das competências necessárias para viver no século XXI.

A ESTRUTURA CURRICULAR DOS CEPIS

A centralidade do modelo pedagógico dos Cepis reside em um jovem que ao final da educação básica tenha se constituído como autônomo, solidário e competente e que tenha construído as bases do seu projeto de vida. Para que isso seja possível, é necessário ofertar aos(às) estudantes, desde o ensino fundamental, um processo de ensino que proporcione sua formação em todas as dimensões da vida humana, assim, será oportunizado a ele(a) condições essenciais para o desenvolvimento de múltiplas competências e o domínio de suas respectivas habi-

lidades.

Vale destacar que, no ensino fundamental/anos finais, os(as) estudantes devem ser preparados a explorarem objetivos pessoais e estarem mais aptos a trabalhar em projetos de co-criação. Ao final dessa etapa, agora adolescentes, seguem desenvolvendo a competência de raciocínio verbal, como a capacidade para manterem múltiplas variáveis em mente e já atribuem, na maioria, sentido às ações a partir da capacidade de articulação entre questões éticas e valores.

No ensino médio, na condição de jovens, possuem um raciocínio mais maduro e habilidades expandidas com base em experiências e vivências, e, também, possuem uma visão de mundo mais ampla e aberta a perspectivas variadas, além de estarem em constante aprendizado, desenvolvendo o domínio pessoal e um conjunto mais complexo de habilidades sociais e emocionais, sendo esse o caminho para a consolidação da formação na educação básica e da identidade adulta.

Pensando na formação integral do sujeito, na vivência de cada etapa do processo ensino-aprendizagem e, principalmente, em atendimento as orientações constantes na BNCC, delineou-se a estrutura curricular dos Cepis, a qual norteia o trabalho pedagógico em todos os níveis, o planejamento, a metodologia e a avaliação, oportunizando uma aprendizagem significativa por

meio da articulação entre a Formação Geral Básica e a Integração Curricular e do uso de estratégias que auxiliam no alcance da excelência acadêmica, conforme matrizes curriculares dos Cepis.

MATRIZ CURRICULAR

As Matrizes Curriculares dos Cepis estão pautadas nos princípios educativos e eixos formativos do **Programa Educação Plena e Integral**, e elaboradas a partir do que está posto na BNCC, assim como nos Documentos Curriculares para Goiás - DCGO do Ensino Fundamental e do Ensino Médio favorecendo, assim, o trabalho interdisciplinar, com vistas a promover a formação integral dos(as) estudantes, a qual se desenvolverá com a participação e a presença contínua dos(as) estudantes, dos(as) professores(as) e da Equipe Gestora em todos os tempos e espaços da escola.

Assim, a operacionalização da concepção pedagógica se concretiza por meio das Matrizes Curriculares que articulam a Base Nacional Comum Curricular e a Parte Diversificada, considerando as diretrizes e parâmetros nacionais e locais, por meio de inovações fundamentadas na ampliação, na diversificação e no enriquecimento dos conhecimentos e experiências necessárias para apoiar o(a) estudante.

ARTICULAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E A INTEGRAÇÃO CURRICULAR

A legislação educacional brasileira, quanto à composição curricular, contempla dois eixos sendo, uma Formação Geral Básica com a qual se garante uma unidade nacional, para que todos(as) os(as) estudantes possam ter acesso aos conhecimentos mínimos necessários ao exercício da vida cidadã e uma Parte Diversificada, também obrigatória, que se compõe de conteúdos complementares identificados na realidade local e regional.

Para a construção da proposta pedagógica da Parte Diversificada, a composição curricular deve buscar a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã e relacioná-los com as áreas de conhecimento, de modo a enriquecer e complementar a parte comum do currículo, por meio da inserção de novos conteúdos integrados a ela, conforme pode ser observado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Brasil, artigo 26 – LDB nº 9394/96)

As aulas precisam ser planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado assim como está previsto no § 1º da Resolução CNE/CP nº 2/2017.

§1º Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira. (Brasil, 2017)

Diante do exposto, é fundamental que os componentes curriculares da Formação Geral Básica e da Integração Curricular estejam interligados para garantir a formação integral do(a) estudante, assegurando o desenvolvimento dos Eixos Formativos – Formação Acadêmica de Excelência, Formação de Competências para o Século XXI e Formação para a Vida. Dessa forma, os componentes da Integração

Curricular devem contribuir para a ampliação do conhecimento dos(as) estudantes.

Amparada pela legislação, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, por meio da Superintendência de Ensino Médio e da Gerência de Educação Integral, tem promovido o currículo das escolas de tempo integral de maneira que a Formação Geral Básica esteja articulada com a Integração Curricular. O objetivo é proporcionar discussões significativas aos (as) estudantes, despertando a curiosidade e o aprofundamento de competências, além de favorecer um espaço rico e diversificado para análises, estudos, intervenções, produções, criatividade e debates.

COMPONENTES CURRICULARES DA INTEGRAÇÃO CURRICULAR

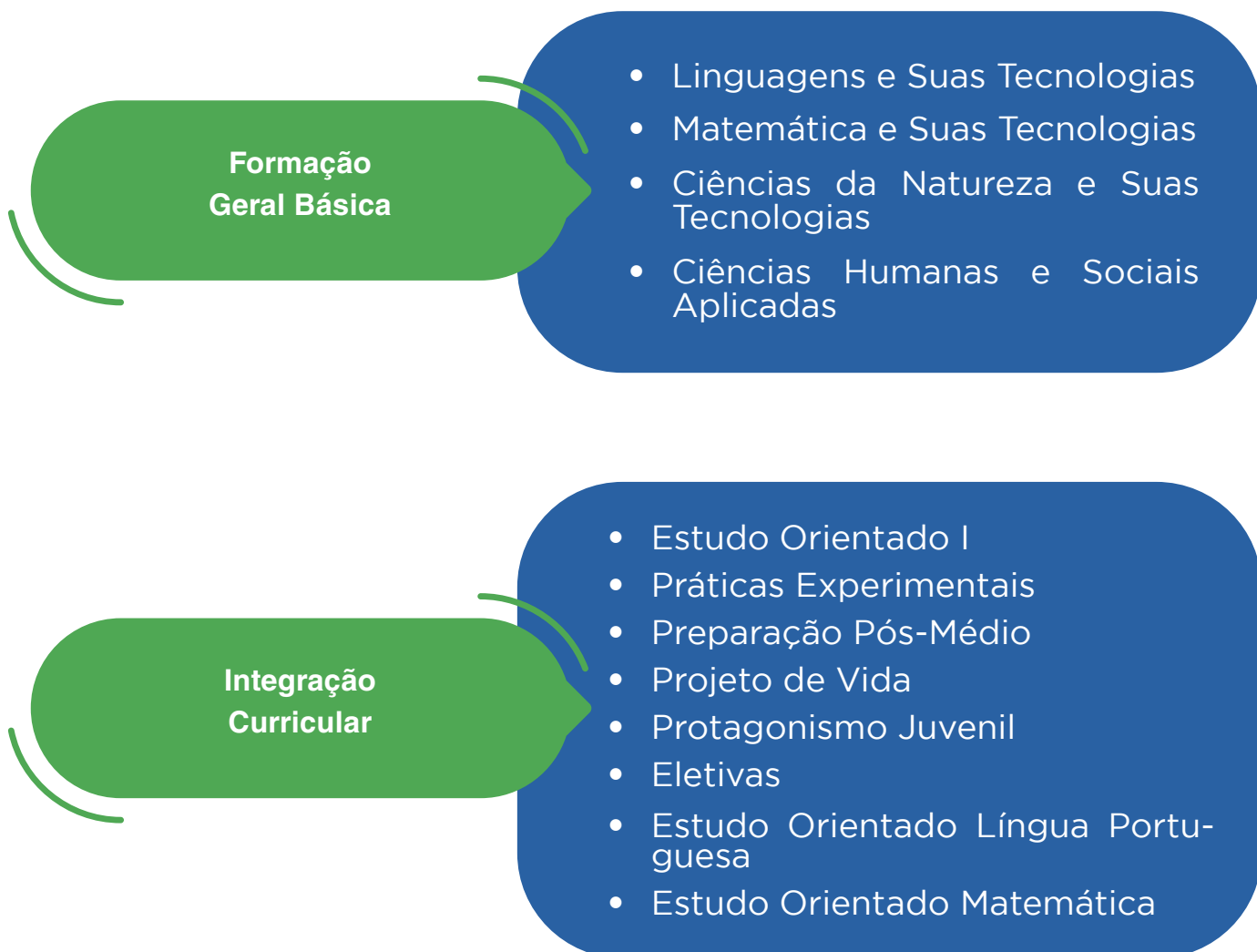
A Formação Geral Básica e a Integração Curricular articulam-se, dando lugar a uma composição curricular que busca a integração entre os vários componentes curriculares propostos na Matriz Curricular. A parte da Integração Curricular, também obrigatória para os(as) estudantes, caracteriza-se por projetos pedagógicos, conteúdos complementares, práticas e metodologias diversas, todos integrados à Base Nacional Comum Curricular, observando sempre as realidades regionais e locais. Dessa forma, o CEPI possui autonomia para incluir temas de interesse da sua comunidade. O Núcleo de Integração Curricular é composto pelos seguintes componentes curriculares: Protagonismo Juvenil, Projeto de Vida, Estudo Orientado I, Estudo Orientado Língua Portuguesa, Estudo Orientado Matemática, Eletivas, Iniciação Científica, Práticas Experimentais e Preparação Pós-Médio, conforme ilustrado nas Figuras 1 e 2.



Figura 1 - Ensino Fundamental anos finais



Figura 2 - Ensino Médio



Protagonismo Juvenil - Ensino Fundamental e Ensino Médio

A palavra “protagonismo” é composta por duas raízes gregas: proto, que significa “o primeiro, o principal”; e agon, que significa “luta”. Agonistes, por sua vez, significa “lutador”. Portanto, protagonista quer dizer lutador principal, personagem principal, ator principal. O(a) jovem deve, diante do protagonismo, ser aceito como solução, e não como problema.

O componente curricular **Protagonismo Juvenil** parte do pressuposto de que aquilo que os adolescentes e jovens pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar, influenciando o curso dos acontecimentos na vida comunitária e social em uma escala mais ampla. Em outras palavras, reconhece-se que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política em que estão inseridos. Nesse sentido, participar, para o(a) adolescente, é envolver-se em processos de discussão, decisão, planejamento e execução de ações, visando desenvolver, por meio do envolvimento na solução de problemas reais, o potencial criativo e a força transformadora (COSTA, 1996).

As diretrizes do Programa Educação Plena propõem estratégias para que o(a) jovem possa desenvolver-se como protagonista. Entre essas estratégias, destacam-se os Líderes de

Turma e os Clubes Juvenis. Realiza-se um trabalho inicial no qual o(a) jovem compreende que montará um clube e atuará em prol da unidade educacional. Ele(a) será formado(a) para desenvolver lideranças que contribuirão para a prática protagonista.

O protagonismo, além de ser princípio educativo, metodologia e premissa, também é componente curricular. Por isso, durante as aulas de Protagonismo Juvenil, os(as) estudantes são orientados(as) quanto à atuação protagonista na escola e na comunidade, bem como sobre a organização dos clubes e o desenvolvimento do plano de ação que será elaborado e executado por eles(as).

Sobre o que é protagonismo juvenil, COSTA (1996, p. 90) define como:

a participação do adolescente em atividades que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária, igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio-comunitário”. (1996, p. 90).

Os(as) professores(as) que atuam nesse componente curricular devem fomentar momentos em que o(a) estudante possa colocar em prática suas habilidades, competências, autonomia e solidariedade. Para isso, devem discutir com o grupo e criar uma rotina de atuação dos Clubes Juvenis formados

pelos estudantes. O(a) jovem assume o papel de protagonista e, ao mesmo tempo, contribui para o próprio desenvolvimento. É necessário também garantir a atuação de todos(as) os(as) estudantes em atividades de protagonismo, ou seja, todos(as) devem participar de um dos clubes criados e desenvolvidos pelos estudantes.

Os(as) estudantes que vivenciam o protagonismo nos diferentes espaços escolares acabam desenvolvendo um papel importante de liderança, mobilizando outros(as) estudantes a reconhecerem os problemas enfrentados e a proporem soluções para melhorias. Vale destacar que o protagonismo juvenil é um processo que busca facilitar a inserção dos(as) jovens no mundo adulto, por meio do exercício da participação social nos espaços a que pertencem.

Protagonismo e Liderança

A liderança envolve empatia, responsabilidade e propósito. É compreendida como a capacidade de inspirar e atrair seguidores, influenciar de forma positiva, e conduzir, guiar ou orientar outras pessoas para atingir um objetivo comum. Nos Cepis, a liderança integra esses conceitos, mas se caracteriza principalmente pela assunção de responsabilidades junto aos colegas e aos professores(as), favorecendo a criação de um ambiente colaborativo, participativo e responsável, que beneficie a todos.

Nos Cepis, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar diversas metodologias e práticas que os envolvem em ações protagonistas. Essas ações contribuem para o desenvolvimento da liderança e os mobilizam a reconhecer os problemas enfrentados, assim como a enxergar soluções e possibilidades de melhoria. O modelo pedagógico adotado conta com duas figuras importantes: os Líderes de Turma e os Líderes de Clube.

Líder de Turma e Líder de Clube são práticas e vivências do Protagonismo Juvenil dentro dos Cepis. Nessa prática, os jovens têm a oportunidade de exercer a capacidade de liderança em prol do desenvolvimento da turma da qual fazem parte. Dessa forma, tornam-se referência para os colegas, inspirando-os e contribuindo para a mudança de posturas, fomentando o envolvimento de todos nas soluções que dizem respeito à rotina escolar, à comunidade, às pessoas e a outros aspectos.

Nesse sentido, a rotina escolar é organizada de modo a contemplar reuniões mensais desses líderes com o(a) gestor(a) da escola, a fim de viabilizar sua participação e comprometimento nas atividades desenvolvidas no Cepi. Por meio da atuação dos(as) líderes de turma, os Cepis promovem a ampliação dos espaços de manifestação do Protagonismo Juvenil. Simultaneamente, o(a) gestor(a) aprimora sua gestão escolar, garantindo a participação e atuação dos(as) estudantes.

Clubes Juvenis

Os Clubes Juvenis são espaços nos quais os estudantes podem desenvolver diversas competências e habilidades, como autonomia, capacidade de trabalhar em equipe, tomar decisões, auto-organização, entre outras. São organizados a partir de uma determinada área de interesse, os membros desenvolvem atividades que proporcionam trocas de informações, experiências e aprendizados importantes.

Esses clubes devem contribuir para

o êxito das atividades escolares e para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes. Para isso, é necessário elaborar o Plano de Ação do Clube, que facilitará o planejamento, monitoramento e aprimoramento de suas ações.

Os estudantes contam com a orientação e acompanhamento de um professor para a organização, elaboração e execução dos Planos de Ação de cada Clube Juvenil, com carga horária estabelecida na matriz curricular.

No Plano de Ação do Clube Juvenil NÃO PODE FALTAR!!!!

Visão: Representa o sonho dos integrantes do clube, o que eles esperam realizar com a sua criação, aquilo que faz o coração do grupo vibrar. A visão precisa estar bem definida e deve ser realista, pois isso evita confusões e, o mais importante, evita que o grupo acredite que pode fazer mais do que é realmente possível.

Objetivo: Define o que o clube vai fazer com a sua criação, o que ele pretende criar, a razão de sua existência, o que vai fazer e por quê. Tudo isso deve estar sempre relacionado com a visão.

Valores: Identifica os valores nos quais os integrantes do clube acreditam e que são importantes para realizar a visão. Os valores precisam ser coerentes e praticados por todos os integrantes. Se o clube tem como valor a colaboração, todos devem agir de maneira colaborativa; se harmonia é um valor, então todos devem atuar de maneira a estimular e preservar a harmonia entre todos. Tudo isso deve estar presente no código de ética a ser elaborado pelo clube.

Resultados Esperados: Devem ser possíveis de serem alcançados. Eles ajudam a manter um ritmo de trabalho no grupo, que deverá estar unido e atuando em sua busca. Quando isso é alcançado, podemos avaliar o grupo como eficaz.

Prioridades: Define o que é importante para que o clube atinja os resultados esperados e para onde deve estar toda a sua energia. Se a atividade do clube é um jornal, então estimular o grupo a trabalhar com instrumentos musicais não deve ser uma prioridade para esse clube, mas sim ler, escrever e pesquisar.

Estratégias: São os meios e tudo aquilo que será usado para atingir os resultados. Por exemplo, se o objetivo é que o clube seja bastante conhecido na escola, então será necessário usar estratégias de comunicação e divulgação de maneira muito intensa.

Funções da Equipe: Define quem faz o quê. É aqui que se determina quem faz parte do clube e qual é a sua função.

Plano de Atividades: Define as tarefas de cada pessoa e os prazos necessários para a sua realização.

Resultados Alcançados: No final do ano, o clube divulgará os resultados que alcançou após um ano de trabalho desenvolvido por todos. Essa divulgação pode ser feita no mural da escola ou até mesmo publicada em uma matéria do jornal, como um exemplo de parceria entre os clubes da escola.

Nesse sentido, as competências desenvolvidas nos âmbitos pessoal, social, cognitivo e produtivo são promovidas pela atuação protagonista dos estudantes na rotina do Cepi, por meio de sua participação nos Clubes Juvenis, na Liderança de Turma, na Gestão, na Monitoria, no Acolhimento e na Formação.

Nessa perspectiva, os clubes podem atuar em diversos espaços da escola, valorizando os diferentes ambientes de aprendizagem, como, por exemplo, durante o horário de almoço. Para o pleno desenvolvimento dessas ações, o (a) gestor (a) do Cepi deve apoiar e fomentar as iniciativas dos Clubes Juvenis por meio da realização sistemática de reuniões gerenciais com os (as) líderes.

Projeto de Vida – Ensino Médio

Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas, ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana. (Carl Jung)

Projeto de Vida é um componente curricular que trabalha o caminho entre o “Quem eu sou” e o “**Quem eu quero ser**”, por meio de um processo bem estruturado que une autoconhecimento, planejamento e prática. O(a) estudante aprende a se conhecer melhor, identifica os próprios potenciais, interesses e sonhos, e define metas e estratégias para alcançar seus objetivos pessoais. Portanto, orientar os(as) jovens na construção de projetos de vida, desenvolvendo o autoconhecimento e o estabelecimento de perspectivas de futuro,

tem sido um dos caminhos trilhados pelos Cepis, a fim de que os(as) estudantes sejam protagonistas, tenham uma visão holística do mundo, sejam capazes de sonhar e desejem concretizar os próprios sonhos.

Projeto de Vida é uma metodologia de sucesso que visa despertar nos jovens seus sonhos e ambições, ajudando-os a pensar no que desejam para suas vidas e no que pretendem ser, mobilizando-os a refletir sobre os mecanismos necessários para essa realização. Trata-se de mais do que uma simples reflexão sobre sonhos e planos; é uma jornada de descobertas das próprias potencialidades, limites e desejos. Esse processo não é simples nem rápido, mas uma grande tarefa a ser realizada, sendo o primeiro projeto para toda a vida.

Vale ressaltar que o *Projeto de Vida* figura entre as dez competências da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), **conforme pode ser observado abaixo:**

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsável. (Competência 6. Trabalho e Projeto de Vida. BRASIL, 2017)

O **Projeto de Vida** ocupa uma posição central no Cepi, além de ser um componente curricular com material didático estruturado para a 1ª e 2ª sé-

ries do Ensino Médio, intitulado **Aulas de Projeto de Vida**, desenvolvido para que o(a) professor(a) possa ministrar as aulas de forma eficaz. O Projeto de Vida segue um processo que permite ao(à) estudante documentar seu projeto de vida, incorporando uma forma lógica de pensamento estruturado que o(a) ajudará a definir objetivos, fazer escolhas, estabelecer ações e acompanhar a realização dos planos, sempre com a orientação do(a) professor(a) de Projeto de Vida.

Como componente curricular, o **Projeto de Vida conta com materiais didáticos estruturados, intitulados Material do Professor: Aulas de Projeto de Vida e Guia Prático para a Elaboração do Projeto de Vida**, que servem de base para o(a) professor(a) desenvolver as aulas de forma consistente e orientada. As aulas estruturadas no caderno Material do Educador: Aulas de Projeto de Vida, ministradas nas duas primeiras séries do Ensino Médio, oferecem subsídios para que os jovens iniciem um processo gradual, lógico e reflexivo, por meio de temáticas fundamentais que se relacionam e se complementam, auxiliando na construção da identidade (o ponto de partida) e no posicionamento diante das diversas dimensões e circunstâncias da vida. As atividades realizadas no Acolhimento Inicial também colaboram para a construção da identidade e para a elaboração do projeto de vida dos(as) estudantes, pois são aplicadas estratégias que os sensibilizam em relação ao novo projeto escolar, dando início à materialização dos sonhos individuais.

1ª série – Identidade, Valores e Construção de Competências:

Dedica-se ao autoconhecimento e reconhecimento da importância dos valores e das competências fundamentais que se relacionam, se integram e estão presentes nas várias dimensões da vida. Como parte desse processo, os jovens documentam as reflexões no **Guia Prático para a Elaboração do Projeto de Vida**.

Autoconhecimento: Conhecer a si mesmo não significa fazer um “mergulho interior”, rendendo-se a especulações subjetivas. Conhecer-se é algo que se dá à medida em que o sujeito se modifica, agindo no mundo, posicionando-se diante das questões em que é convocado a se manifestar, interagindo com o diverso, em situações inéditas. Conhecer-se é impossível sem as relações de alteridade; é na medida em que se age que se elabora a própria identidade, sendo muitas vezes o outro que revela quem somos.

2ª série – Os Planos e as Decisões: Dedica-se à elaboração do Projeto de Vida, o Futuro: os planos e as decisões. Nessa etapa, os(as) jovens continuam a documentar as reflexões e tomadas de decisões no **Guia Prático para Elaboração do Projeto de Vida**.

Futuro: Trata-se de desenvolver quais são os desejos atuais e elaborá-los de maneira concreta, planejando as formas de realizá-los. É pela perspectiva do que se almeja agora, uma vez que os desejos e aspirações podem ser modificados ao longo do tempo. As ações do planejamento do Projeto de Vida ganham sentido porque são estruturadas com base na Tecnologia de Gestão Educacional – TGE, e é por meio de suas metodologias que o(a) jovem aprende sobre a criação de objetivos, definição de metas, prazos etc.

O **Projeto de Vida** é o foco da proposta pedagógica desenvolvida no Cepi. Dessa forma, todos unem esforços para sua realização por meio do Projeto Escolar, que se estrutura para esse fim. Nos Cepis, as Práticas Educativas e as Metodologias convergem para uma formação acadêmica de excelência, associada a uma sólida formação em valores fundamentais, essenciais para apoiar os(as) estudantes nas decisões que tomarão ao longo de suas vidas e no desenvolvimento de competências que lhes permitirão enfrentar os imensos desafios e aproveitar as oportunidades que encontrarão.

Nesse sentido, construir um projeto de vida consiste em documentar sonhos, metas, objetivos e ambições em relação ao futuro. Ao final da jornada do Ensino Médio, cada jovem deverá ter traçado, minimamente, o que deseja construir em sua vida a curto, médio e longo prazo. Todos(as) deverão ter compreendido a necessidade de projetar desejos em forma de ações e, especificamente, terão vivenciado um pouco da experiência de entender que esse é um caminho que deve ser construído e cuidado por cada um, com o apoio dos(as) professores(as), da equipe escolar e da família.

Estudo Orientado I

– Ensino Fundamental e Ensino Médio

O Estudo Orientado I é desenvolvido por meio de uma sistemática de avaliação contínua, que ocorre durante todo o ano letivo. A cada bimestre, são realizados dois Ciclos compostos por: Avaliações Objetivas, Avaliações Subjetivas, Produção de Texto e Simulado, os quais abordam conteúdos referentes aos componentes curriculares da Formação Geral Básica. Esse componente curricular visa propiciar aos estudantes o desenvolvimento de uma rotina de estudos por meio da realização de Avaliações Semanais, possibilitando à coordenação pedagógica e às coordenações de área:

- Acompanhar o rendimento dos(as) estudantes em relação aos conteúdos trabalhados;
- Diagnosticar pontos a serem retomados junto aos planejamentos dos(as) professores(as);
- Analisar resultados;
- Realizar intervenções pontuais, garantindo o nivelamento das habilidades essenciais, por turma e, ao mesmo tempo de forma individualizada e assim, assegurando a reorientação pedagógica às reais necessida-

des de aprendizagem.

A partir dos resultados das Avaliações Semanais, a equipe escolar consegue mensurar se as intenções educativas foram concretizadas e, ao mesmo tempo, replanejar intervenções necessárias para que cada estudante assimile as habilidades e competências esperadas.

Informativo

- Aplicação das Avaliações Semanais ocorrerá nas 1ª e 2ª aulas de segunda-feira.
- O Coordenador de Integração é responsável por articular e organizar a aplicação das avaliações junto aos (as) professores (as) aplicadores (as), de modo a garantir a eficácia desse processo.
- É necessário assegurar que o Mapa de Atividades dos(as) professores(as) aplicadores(as) inclua “tempos”, na segunda-feira, para o lançamento dos resultados das avaliações de Bloco e Simulados no Siap.

Blocos de Avaliações Objetivas

Os Blocos de Avaliações Objetivas são realizados nos dois ciclos, sendo

que, para cada ciclo, são aplicados três blocos (um a cada semana), de forma a contemplar todos os componentes curriculares da Formação Geral Básica, conforme o Guia – Estudo Orientado I.

• Simulado

O Simulado é composto por questões (itens) de múltipla escolha, elaboradas de maneira a apresentar uma situação-problema clara e objetiva, que deve ser respondida pela escolha de uma das alternativas, a qual é transferida para o gabarito. Podem-se utilizar modelos regionais e locais de avaliações externas para ingresso em universidades, como Enem, UEG, UnB, entre outras.

• Produção de Texto

A Produção de Texto tem como objetivo formar escritores e leitores competentes, capazes de produzir textos coerentes, coesos e eficazes, articulados com a abordagem de diferentes gêneros textuais relacionados às suas práticas sociais.

Nesse contexto, as Avaliações Semanais aplicadas no Estudo Orientado I tornam-se um importante instrumento na gestão do ensino e da aprendizagem. A avaliação permite identificar lacunas no processo de aprendizagem, sendo imprescindível que, a partir desse diagnóstico, as coordenações e os(as) professores(as) realizem as intervenções necessárias para que cada estudante atinja as habilidades e competências esperadas.

ATENÇÃO!

- As coordenações pedagógicas devem acompanhar e analisar os resultados, semanalmente, por componente curricular e por área, e discuti-los com as coordenações de área nas Reuniões Gerenciais, propondo os redirecionamentos pedagógicos necessários;
- As coordenações de área devem analisar os resultados das avaliações com os(as) professores(as) nas reuniões gerenciais, caso necessário fazer intervenções e propor redirecionamentos quanto aos planejamentos dos(as) professores(as) e das estratégias/recursos utilizados;
- As coordenações pedagógicas analisam os resultados junto com as coordenações de área e integração curricular a fim de redirecionar o planejamento dos(as) professores(as) nos componentes da parte de Integração Curricular.

A proposta de criar uma cultura de estudos nos Cepis revela-se uma estratégia eficaz na busca pela excelência acadêmica. Assegurar uma rotina permanente de estudos entre os(as) estudantes é uma das ações fundamentais para atingir essa estratégia. Por isso, a criação de tempos qualificados para a realização dos estudos torna-se essencial. Ter clareza sobre essa importância e investir nessa estratégia é uma das medidas mais acertadas para um plano de ação bem-sucedido.

Estudo Orientado Língua Portuguesa e Estudo Orientado Matemática do Ensino Fundamental e Ensino Médio

As aulas de **Estudo Orientado Língua Portuguesa e Estudo Orientado Matemática** consideram a individualidade de cada estudante, o que exige planejamento e estratégias diversificadas de ensino. Para isso, o(a) professor(a) pode utilizar o material estruturado e a plataforma disponibilizada pela Seduc para fortalecer o trabalho de recomposição das aprendizagens. No entanto, o(a) professor(a) tem a liberdade de ampliar as reflexões e abordagens conforme a realidade de cada turma, sendo imprescindível que a equipe escolar compreenda o objetivo desse componente e o quanto ele pode contribuir para a excelência acadêmica dos(as) estudantes.

Nesse contexto, é importante organizar reagrupamentos intencionais no **Estudo Orientado Língua Portuguesa e Estudo Orientado Matemática**, por níveis de proficiência e por componente curricular. Esses reagrupamentos podem ser propostos quando o **Estudo Orientado Língua Portuguesa e Estudo Orientado Matemática** ocorrerem no mesmo horário e/ou dentro das salas de aula (turmas), por meio de grupos de estudo, monitoria e técnicas de estudo variadas para cada grupo, conforme o diagnóstico realizado pelo(a) professor(a).

O papel do(a) professor(a) é essencial, pois ele(a) é responsável por trabalhar com os(as) estudantes o desenvolvimento de aptidões como: capacidade intelectual, motivação, hábitos de estudo, condições pessoais, saber estabelecer prioridades, elaborar planos de estudo e dominar técnicas que favoreçam suas estratégias de aprendizagem. A intenção é que o(a) estudante consiga, ao longo do tempo, adquirir essas e outras capacidades que garantam sua autonomia.

Então, o que é e o que não é o **Estudo Orientado Língua Portuguesa e Estudo Orientado Matemática**?



O que é?

- É um suporte didático para a compreensão dos objetos de aprendizagem e para a progressão dos estudos dos(as) estudantes;
- É o momento em que aprender a estudar deve ser o centro da prática de ensino do(a) professor(a) de Estudo Orientado Língua Portuguesa e Estudo Orientado Matemática;
- É a criação, por parte dos(as) estudantes, de hábitos de estudo de forma independente e criativa;
- É uma oportunidade de acompanhamento sistemático por parte do(a) professor(a) sobre o processo de aprendizagem dos jovens;
- É uma condição para os(as) estudantes estabelecerem relações entre o conhecimento e sua aplicação na vida cotidiana;
- É oportunidade para o(a) professor(a) verificar a eficácia do seu próprio trabalho na condução do ensino e trabalhar articulando sua prática com as demandas dos(as) estudantes;
- É uma metodologia que se deve favorecer o desenvolvimento da autoconfiança dos jovens na sua capacidade de aprender a aprender.



O que não é?

- Não é um momento em que estudar se resume a fazer tarefas, ler ou copiar;
- Não é permitir que os(as) estudantes fiquem “soltos” nas atividades de estudo;
- Não é momento para o(a) professor(a) dar continuidade ao conteúdo visto em suas aulas;
- Não é orientar os(as) estudantes sem se basear no plano de estudo ou de atividades da turma;
- Não é permitir que os(as) estudantes brinquem ou destinem o tempo ao lazer;
- Não é, para o(a) professor(a), tempo para realização de outras atividades que não seja apoiar o estudo dos estudantes;
- Não é propor atividades pedagógicas descoladas dos resultados pactuados pela equipe escolar em seu Plano de Ação.

Eletivas - Ensino Fundamental e Ensino Médio

As **Eletivas** são componentes que integram a parte diversificada dos Documentos Curriculares da Rede Pública Estadual de Educação de Goiás. O objetivo desse componente curricular é ampliar e desenvolver competências e habilidades cognitivas e socioemocionais, além de estimular a criatividade. Elas são ofertadas semestralmente e podem ser livremente escolhidas pelos estudantes a partir de um **Catálogo de Eletivas**, que traz informações sobre a ementa, estrutura do projeto e cronograma.

Os projetos de **Eletivas** são elaborados pelos professores de forma interdisciplinar, envolvendo diferentes áreas do conhecimento e componentes curriculares, o que fortalece os conteúdos da Formação Geral Básica.

Lembrete sobre a Interdisciplinaridade....

A interdisciplinaridade propõe novas relações entre os componentes curriculares, ampliando os espaços para o intercâmbio dinâmico e para experiências pedagógicas inovadoras. Essa abordagem, que é uma prática vivenciada coletivamente, fomenta o diálogo e possibilita que cada participante reconheça tanto suas próprias limitações quanto suas capacidades de contribuição, ampliando as trocas com a humildade necessária para aprender com os outros. (FAZENDA, 2008).

Esses projetos devem valorizar todos os aspectos do desenvolvimento humano, abordando tanto o cognitivo quanto as atitudes e comportamentos dos estudantes. Isso possibilita vivenciar atividades educativas alinhadas ao desenvolvimento integral, garantindo maior reflexão, escolha, participação, engajamento e preparação dos estudantes. O propósito é desenvolver competências que os tornem mais autônomos e responsáveis em relação à vida escolar, pessoal, social e profissional, permitindo-lhes participar ativamente da construção de seu próprio currículo.

Assim, as **Eletivas** ocupam um lugar central no **Programa Educação Plena e Integral**, diversificando as experiências escolares e oferecendo um espaço privilegiado para interação, experimentação, interdisciplinaridade, aprofundamento dos estudos e construção de novos conhecimentos. A organização das temáticas para a oferta dessas disciplinas envolve áreas como Tecnologia e Inovação, Ciência no Cotidiano, Produção Cênica, Educação Ambiental e Sustentabilidade, Educação Financeira, Direitos Humanos, entre outras. Essas áreas são planejadas para atender às necessidades de aprendizagem dos estudantes e promover um ambiente educativo diversificado e enriquecedor.

Feirão das Eletivas e o Processo de Escolhas

O cronograma das Eletivas prevê etapas claras de validação dos projetos, incluindo a realização do “**Feirão**

das Eletivas". Durante esse evento, a escola organiza um período específico para que os(as) professores(as) apresentem seus projetos, permitindo que os(as) estudantes conheçam melhor as opções disponíveis e possam escolher a Eletiva que desejam cursar no semestre. É fundamental que, antes desse momento, os(as) docentes expliquem aos estudantes o conceito e os objetivos dos projetos, garantindo uma compreensão clara do componente curricular. Além disso, devem ser desenvolvidas estratégias eficazes de divulgação, considerando as diferentes necessidades e condições de cada ano escolar ou série.

Portanto, **as Eletivas** desempenham um papel essencial no Programa Educação Plena e Integral, diversificando as experiências escolares e oferecendo um espaço valioso para a interação, a experimentação e a construção de novos conhecimentos.

Para que a apresentação dos projetos seja atraente, é importante que os(as) professores(as) adotem abordagens lúdicas e criativas, utilizando diversas estratégias interativas para engajar os estudantes. Esse momento é crucial para despertar o interesse dos alunos, permitindo que façam escolhas conscientes, alinhadas aos seus interesses e objetivos pessoais e acadêmicos. Com essa abordagem, busca-se incentivar a participação ativa dos estudantes no processo de seleção das **Eletivas**, promovendo uma educação mais personalizada e significativa.

Após a apresentação, cada estudante deverá se inscrever na Eletiva que mais lhe interessar e atender às suas necessidades acadêmicas.

Culminância

A Culminância é um processo realizado ao longo do semestre. É importante que, nessa organização e divulgação, os jovens estejam à frente, com o apoio e orientação da equipe escolar. Nesse contexto, o protagonismo dos(as) estudantes e a inclusão da comunidade escolar são essenciais. A Culminância não deve ser entendida como um espetáculo ou evento isolado, mas como um momento de exposição das competências e habilidades que foram ampliadas e fortalecidas, visando à melhoria da aprendizagem e ao avanço nos resultados de proficiência proporcionados pela execução dos projetos.

Iniciação Científica – Ensino Fundamental

A crescente necessidade de atender às novas demandas da sociedade no século XXI, que está prestes a vivenciar uma nova revolução baseada na informação e nos avanços tecnológicos, tem despertado o interesse pela pesquisa como alicerce fundamental na consolidação das práticas de ensino e aprendizagem na educação básica, preparando melhor crianças, adolescentes e jovens para um mundo repleto de autonomia. A Base Nacional

Comum Curricular (BNCC) estabelece competências gerais que direcionam para a formação integral. Entre elas, destaca-se a competência geral 2:

Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (BNCC, 2018, p. 9)

Inserir a Iniciação Científica nos currículos escolares amplia as possibilidades de os(as) estudantes se sentirem desafiados(as) a explorar curiosidades em todas as áreas do conhecimento, a formular indagações, a delinear possíveis soluções para os problemas e a construir novos conhecimentos sobre o objeto de estudo. Na concepção de Pedro Demo, também se observa a importância do trabalho com a pesquisa científica nas escolas:

“... ao tratar do desafio de educar pela pesquisa na Educação Básica, propõem uma educação voltada para a formação do sujeito competente, com autonomia intelectual, capacidade de formulação própria. Afirma que a educação pela pesquisa pode e deve ser realizada nas escolas, consagrando o questionamento reconstrutivo.” (DEMO, 2003, p. 10)

A proposta pedagógica para a Iniciação Científica no Ensino Fundamental pressupõe um trabalho dinâmico e interdisciplinar, no qual os(as) estudantes são autores(as), participando ativamente, problematizando, levantando hipóteses, registrando descobertas, socializando resultados e avaliando o percurso.

A Iniciação Científica, contemplada na matriz curricular dos Centros de Ensino em Tempo Integral (Cepis) na etapa Ensino Fundamental – Anos Finais, objetiva promover o ensino por investigação, proporcionando aos estudantes o desenvolvimento do pensamento científico e criativo por meio de perguntas originadas de situações cotidianas e/ou de interesse e curiosidade deles(as). Dessa forma, o conhecimento científico pode ser construído de forma interativa e coletiva, considerando um conjunto de vivências, conhecimentos prévios e representações dos(as) estudantes sobre o mundo. Os benefícios serão evidenciados no desenvolvimento de formas mais elaboradas de pensamento e de capacidades para trabalhar individualmente ou em equipe.

De acordo com Zompero et al. (2018), a iniciação científica apresenta-se como uma alternativa ao ensino tradicional, proporcionando aos(as) estudantes a vivência de práticas científicas nas quais têm a oportunidade de compreender procedimentos e técnicas próprias dessa área de conhecimento. Nesse sentido, compreende-se que “o(a) aluno(a) engajado(a) no pro-

cesso de iniciação científica torna-se protagonista no processo de formação” (COSTA; ZOMPERO; 2017, p.15).

Para o(a) estudante, a Iniciação Científica representa uma forma de protagonizar a construção do conhecimento por meio do exercício da criatividade e do raciocínio. A utilização de atividades de pesquisa pode permitir que compreendam a natureza da ciência, tornando os conceitos ensinados em sala de aula mais significativos, estimulando-os(as) a serem questionadores(as) e construtores(as) do próprio conhecimento

O protagonismo dos estudantes é realçado na produção, estudo e confecção de materiais para os projetos, além de estimular uma aprendizagem autônoma. Nessa perspectiva, o professor exerce um papel fundamental de orientador, assumindo um novo olhar e uma postura diferenciada diante das situações de ensino e aprendizagem. A condução do professor na construção do projeto de pesquisa junto aos estudantes começa no diálogo estabelecido com os mesmos pela definição do tema que deseja investigar, alguma curiosidade, discussões e problemáticas que permeiam a comunidade, além da viabilidade de desenvolver a pesquisa. A partir dessa definição, inicia-se a elaboração e execução do projeto.

O que faz o professor orientador?



- estimula discussões e reflexões sobre o tema escolhido pelos estudantes, auxiliando-os em todas as etapas de elaboração e execução do projeto de pesquisa;
- provoca reflexões sobre o contexto social que os cerca, caso os estudantes não tenham despertado essas percepções e não consigam definir temáticas que desejam pesquisar, instigando-os com sugestões. Lembrando que a turma delinea o foco da pesquisa científica (levantamento do problema e proposição da temática);
- orienta, desde a primeira aula, como os estudantes devem fazer registros no diário de bordo, leituras e discussões das etapas do projeto até terem condições e repertório para a escrita do projeto;
- após os estudantes coletarem os dados, orienta a retomada da escrita, análise e discussão de resultados dos dados coletados;
- socializa, ao final do ano letivo,

a pesquisa com a comunidade escolar por meio de artigos científicos, simpósios, produção de material visual, experimentos, oficinas e outros.



O que faz o
estudante
pesquisador?

- age criticamente, com senso de realidade, na busca por conhecer seu objeto de pesquisa profundamente, despojando-se de preconceitos, tabus e imposições de qualquer ordem ou natureza;
- procura materiais e meios para aprimorar a compreensão;
- aprende a analisar rigorosamente as circunstâncias e fenômenos, observando se as conclusões ou afirmações feitas são consistentes, isto é, se resistem a um confronto com os dados;
- é desafiado a buscar o sentido da prova com um olhar crítico que o conduzirá a um conhecimento fidedigno, enxergando a realidade como ela é e não como se quer vê-la e como os interesses se impõem.

- o estudante deve ser orientado a se opor ao dogmatismo e desenvolver a capacidade de ver e interpretar a realidade diferentemente da indicada pelos esquemas, interesses, valores e conveniências pessoais.

Práticas Experimentais – Ensino Fundamental e Ensino Médio

As **Práticas Experimentais** são um recurso metodológico importante que estimula o pensamento crítico e a resolução de problemas, incentivando os estudantes a pesquisarem mais e se envolverem intensamente com os elementos teóricos e conceituais das aulas de Matemática, Ciências, Física, Química e Biologia. Essas práticas existem para que os estudantes vivenciem experiências que a teoria, por si só, não é capaz de demonstrar, ampliando as oportunidades de aprendizagem – uma prática cuja importância é inquestionável no ensino das Ciências da Natureza e da Matemática. A utilização de uma didática que envolva mais práticas é, portanto, essencial para a construção e efetivação do conhecimento.

As atividades experimentais relacionam processos matemáticos, físicos, químicos e biológicos, envolvendo observação, análise e conclusão, além da manipulação de materiais como vidrarias, reagentes, instrumentos, elementos eletroeletrônicos e até materiais alternativos. Por meio das Práticas Experimentais, é possível construir uma visão científica, que serve para enten-

der e explicar as leis, fatos e fenômenos da natureza relacionados ao dia a dia. Para isso, o processo pedagógico deve estar fundamentado na investigação, demonstração e experimentação, privilegiando a participação ativa dos estudantes.

Historicamente, a melhoria da qualidade do ensino está relacionada a atividades experimentais, e é fato que esse tipo de atividade faz parte das metodologias utilizadas para alcançar uma aprendizagem significativa. Contudo, é a maneira como o professor planeja e conduz essas aulas que consolida o processo de ensino-aprendizagem. Lorenzetti e Delizoicov afirmam:

Para que as atividades práticas experimentais tenham sucesso é necessário que o professor se veja como orientador, mediador e assessor do processo, promotor da motivação e com atuação no sentido de salientar aspectos que não tenham sido observados pelo grupo de alunos. Neste sentido, o professor ao trabalhar com atividades experimentais deve oferecer condições para que os alunos possam levantar e testar suas ideias e suposições sobre os fenômenos científicos que ocorrem em seu mundo e se sintam protagonistas de sua própria construção. (2001, p. 40)

As pesquisas voltadas para o ensino das Ciências da Natureza e da Matemática defendem a importância de uma proposta de instrução comprometida com o caráter exploratório, investigativo e com a formação do cidadão crítico, visto que o estudante é levado

a uma atitude reflexiva para a resolução de problemas (CARVALHO et al., 1999). Entende-se, assim, a necessidade de transcender o caráter meramente transmissivo dos conteúdos conceituais e investir em uma concepção de ensino voltada para a experimentação, que trabalhe com aspectos inerentes ao fazer científico, favorecendo a construção desses conceitos (AULER; DELIZOICOV, 2001; SASSERON; CARVALHO, 2008, 2011; MUNFORD, 2007, 2015; CARVALHO, 2013; TEIXEIRA, 2013).

As aulas de **Práticas Experimentais** no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, no contexto da Trilha Integradora – Práticas Experimentais, devem proporcionar aos estudantes a oportunidade de avançar em conceitos abordados nas aulas da Formação Geral Básica. Isso é possível porque o ensino, quando aliado à realização de experiências, permite o uso de observações cotidianas e suas transformações, favorecendo uma aprendizagem significativa e uma formação mais ampla. É uma oportunidade para que o professor desenvolva aprendizagens que uma aula teórica não permite, utilizando também espaços adequados para a execução dessas atividades.

Planejamento

As **Práticas Experimentais** são relevantes para o processo ensino e aprendizagem e, por isso, é necessário que sejam planejadas de forma articulada com a Formação Geral Básica e que atendam as expectativas dos estudantes, pois é um meio de atingir

a criatividade, o senso crítico, a empatia, a autoestima, entre outras competências para o século XXI. Além disso, possui característica interdisciplinar, proporcionando desenvolvimento integral, dinâmico e globalizado, superando a visão de ciência compartimentalizada, ou seja, isolada em relação a outros conhecimentos do mundo e da vida.

Um bom planejamento dessas práticas possibilita mensurar riscos e discutir de forma concreta sua possibilidade de execução tanto em espaço definido de laboratório, quanto em espaços alternativos e convencionais. É importante destacar que não é o local de trabalho que caracteriza a experimentação, mas a maneira do professor trabalhar. Para auxiliar no planejamento das aulas práticas, há materiais de parcerias que podem ser utilizados.

Em relação aos equipamentos patrimoniados, é responsabilidade do professor e do gestor o levantamento imediato e providências para a manutenção, caso necessite. A partir desse levantamento, o professor precisa afixar o check-list na parte interna da porta do armário para facilitar o controle e, além disso, ter uma lista com todos os equipamentos e materiais de consumo para organização e planejamento das atividades.

É necessário, também, manter o espaço físico adequado para esse fim; mapear o ambiente quanto aos riscos e a possibilidade de atendimento da especificidade da prática a ser realizada e ao número estimado de estudantes

para a observação e experimentação; e, por fim, elaborar um protocolo a ser repassado aos estudantes, de forma a informá-los sobre a execução da prática e prepará-los para o desenvolvimento da aula.

Sempre informar aos estudantes de que precisam, durante a aula experimental, obrigatoriamente, estar com o protocolo da aula com todas as instruções para a mesma e portar o Caderno de Registro dos acontecimentos, a fim de realizar os experimentos com segurança e manter todas as informações atualizadas para facilitar o desenvolvimento de relatório que deve ser orientado para descrição dos resultados obtidos.

Requisitos para o espaço destinado às Práticas Experimentais:

- Deve ser iluminado, limpo, arejado e sem cortinas;
- O Piso deve ser antiderrapante e estar sempre limpo;
- Deve haver saída rápida em caso de acidentes ou emergências;
- O acesso aos extintores de incêndio deve ser amplo e desobstruído;
- Todos os equipamentos devem estar devidamente etiquetados e identificados;

- Instalação de chuveiro lava-olhos;
- Materiais tóxicos devem ser mantidos em armários bem fechados e seguros (verificar a compatibilidade entre os reagentes e os prazos de validade)
- As instalações elétricas devem estar em boas condições de uso e com manutenção atualizada (antes de iniciar um experimento, verificar se as conexões dos equipamentos estão seguras);
- Informar e discutir com os estudantes as seguintes orientações:
- Respeitar as normas de segurança, cuidados e atitudes necessárias para a realização das atividades;
- Adquirir um Caderno de Registro para anotar o andamento das práticas, como informações, esquemas, medidas etc. Este material é fundamental para a elaboração do relatório que deverá ser feito após cada prática experimental;
- Manter os cabelos compridos presos;
- Usar Equipamento de Proteção Individual (EPI), como máscara, luvas, óculos de segurança, sempre que necessário;
- Usar calçados fechados;

- Ler atentamente aos rótulos dos frascos e abrir ou manusear os produtos somente com a autorização do professor.

Atenção!

O(A) professor(a), obrigatoriamente, deve preparar um jaleco e fazer seu uso durante a aula. Sugere-se que o(a) estudante também adquira um jaleco, de preferência com mangas compridas. Evitar tecido sintético, por ser inflamável.

Execução

Para que o(a) professor(a) atinja seus objetivos no espaço da prática, é importante que os(as) estudantes sejam orientados, no início da aula, quanto às atitudes e cuidados a serem tomados durante a atividade. O(a) professor(a) deve atuar como orientador(a) do avanço científico. Portanto, deverá:

- orientar os(as) estudantes quanto à leitura do protocolo e das normas de segurança, que devem ser destacadas para garantir a adoção das precauções e atitudes necessárias à realização das atividades, assim como a leitura prévia dos rótulos dos frascos;

- instruir sobre o uso do Caderno de Registro para anotações, desenhos e esquemas, de modo a direcionar a produção do relatório da aula prática, que deverá ser entregue ao final de cada atividade;
- conscientizar-se de que não é permitido ausentar-se do espaço de práticas. Caso necessário, solicitar que outro profissional da unidade escolar permaneça no local por alguns minutos. Se a ausência se prolongar, recomenda-se encerrar a atividade;
- zelar pelo manuseio adequado de equipamentos, como fontes e microscópios, e materiais frágeis, como lupas e vidrarias, para evitar danos;
- explicar que o uso de reagentes tóxicos e voláteis deve ser feito, preferencialmente, pelo(a) professor(a) em estrutura apropriada, como uma capela. Na ausência de tal equipamento, deve-se evitar o uso desses reagentes. Se possível, somente o(a) professor(a) deve manusear frascos de reagentes químicos;
- verificar se há frascos contendo líquidos inflamáveis nas proximidades antes de utilizar fósforos, bicos de Bunsen ou lamparinas. Caso haja, não realize a atividade
- manipular lâminas e lamínulas de vidro, estiletes e pinças com extrema atenção para evitar acidentes;
- recomendar aos(às) estudantes que não coloquem bolsas, blusas ou qualquer outro objeto que não faça parte da aula sobre a bancada ou mesa. Também deve-se evitar deixar aparas (restos de fio ou outros materiais) em locais inadequados;
- orientar a não se alimentar ou hidratar no espaço de práticas;
- instruir a não testar substâncias químicas pelo odor ou sabor, ou seja, não cheirar diretamente uma substância. Manter o rosto afastado e manusear os materiais do laboratório com cuidado para evitar danos;
- cuidar, ter atenção no manuseio dos materiais e equipamentos do laboratório para evitar danos gerais.

Conclusão

- Lavar bem as mãos;
- Contribuir na manutenção do laboratório limpo e organizado;
- Verificar se todos os equipamentos foram desligados, desplugados para que sejam devidamente organizados e colocados em seus locais;

- Fechar devidamente os frascos de reagentes químicos após o uso, manter os produtos químicos devidamente embalados;
- Preservar as etiquetas ou rótulos dos reagentes, observando se estes contêm nome, composição química e data de validade;
- Orientar os(as) estudantes para a elaboração do relatório da aula ocorrida, a utilização das anotações no caderno de registro será fundamental.

Primeiros Socorros



O espaço de Práticas Experimentais é um espaço pedagógico, assim como outros, onde os envolvidos no processo devem ser orientados quanto as atitudes e os cuidados necessários à realização dos experimentos. Entretanto, em casos de acidentes, o(a) professor(a) deverá comunicar o(a) gestor(a) para que este tome as providências necessárias de acordo com a natureza da ocorrência. Deverão comunicar, também, os responsáveis pelo estudante e entrar em contato com o Samu (192), Corpo de Bombeiros (193) e/ou outros profissionais da saúde



Foto: Hevelyn Gontijo

Preparação Pós-Médio – Ensino Médio

É relevante esclarecer aos(as) estudantes sobre o processo de inscrição e a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, bem como de outros processos seletivos, para garantir que não percam os prazos importantes. Além disso, é essencial abordar nas aulas como ocorrem os processos seletivos nas instituições de ensino superior e nos cursos técnicos, e quais são as oportunidades oferecidas nessas instituições. Dessa maneira, os(as) estudantes, especialmente os concluintes da 3ª série, serão bem-informados sobre essas possibilidades, podendo tomar decisões mais embasadas para o futuro.

As aulas devem abranger informações sobre os seguintes temas:

- **ingresso na universidade:** uma visão geral dos principais cursos universitários disponíveis no país, explicando seus sistemas de avaliação, os processos de seleção (como vestibulares e o Enem) e fornecendo dicas valiosas para que os(as) estudantes se saiam bem nas provas. Isso inclui estratégias de estudo, a importância da revisão de conteúdo, a prática de exercícios anteriores e a gestão do tempo durante os exames;

- **cursos técnicos e superiores tecnológicos:** detalhamento sobre esses cursos como alternativas viáveis e rápidas para a inserção no mercado de trabalho. Discussão sobre as diferenças entre os cursos técnicos e tecnológicos, as áreas mais demandadas pelo mercado, e os benefícios de optar por esses tipos de formação, como a menor duração e a alta taxa de empregabilidade;
- **carreira militar:** Exploração das oportunidades nas Forças Armadas (Aeronáutica, Exército e Marinha) que oferecem não apenas a inserção no mercado de trabalho, mas também a possibilidade de ascensão profissional qualificada. Explicação sobre os processos seletivos para ingresso nas academias militares, os tipos de carreiras disponíveis (como combate, chefia e especialização técnica), e os benefícios de seguir uma carreira militar, incluindo estabilidade, formação continuada e aposentadoria;
- **educação empreendedora:** discussão sobre o perfil do empreendedor, os principais tipos de empresas e setores, e conceitos gerais de administração. Encorajamento para que os(as) estudantes desenvolvam habilidades em-

preendedoras, identificando oportunidades de negócios e elaborando planos de negócios. Ressaltar a importância da inovação, da capacidade de assumir riscos calculados e da liderança no mundo dos negócios;

exigências do mercado de trabalho: orientações sobre como elaborar o primeiro currículo, atitudes a evitar durante a busca por emprego, e dicas sobre empregabilidade e habilidades de trabalho que são essenciais na esfera produtiva do século XXI. Discutir as habilidades mais valorizadas pelo mercado, como comunicação, trabalho em equipe, pensamento crítico e resolução de problemas, e como os(as) estudantes podem desenvolvê-las durante sua formação.

Para o planejamento das aulas, é fundamental considerar as habilidades de cada componente curricular, de acordo com a carga horária estabelecida na matriz, utilizando o Documento Curricular para Goiás – Ensino Médio como suporte. É essencial que os conteúdos sejam desenvolvidos de maneira integrada, proporcionando uma visão ampla e contextualizada das possibilidades Pós-Médio para os(as) estudantes. Isso prepara-os(as) de forma abrangente e eficaz para os desafios futuros, garantindo que estejam bem-informados e prontos para

tomar decisões conscientes sobre seu percurso acadêmico e profissional.

Adicionalmente, as aulas podem incluir atividades práticas e interativas, como workshops sobre elaboração de currículos, simulações de entrevistas de emprego, visitas a feiras de profissões e instituições de ensino, além de palestras com profissionais de diferentes áreas. Essas atividades complementares ajudam a tornar o processo de aprendizagem mais dinâmico e envolvente, proporcionando aos(as) estudantes uma experiência educacional rica e diversificada.

METODOLOGIAS

A dinâmica escolar dos Centros de Ensino em Período Integral – Cepis é caracterizada pela riqueza e variedade de possibilidades que proporcionam vivência, interação e compartilhamento de experiências. Esses elementos são essenciais para que adolescentes e jovens se apropriem dos diversos conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento integral. A formação integral dos estudantes requer uma abordagem que vá além do ensino tradicional, incorporando aspectos sociais, emocionais e cognitivos.

Para alcançar essa formação integral, é necessário que todos os tempos e espaços no ambiente escolar tenham uma intenção pedagógica clara. Cada momento deve ser planejado de forma a promover aprendizagens significativas, contribuindo para o desenvolvimento holístico dos estudantes. A jornada diária do estudante no

Cepi, além de incluir os componentes curriculares tradicionais, deve ser enriquecida com metodologias inovadoras que favoreçam o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais.

Essas metodologias precisam ser asseguradas e implementadas de forma consistente, não como eventos esporádicos, mas sim como práticas

regulares e integradas à rotina escolar. A frequência e a continuidade dessas práticas são fundamentais para que se tornem parte intrínseca da vida escolar dos estudantes, promovendo um ambiente de aprendizagem dinâmico e envolvente.

Algumas dessas metodologias podem incluir:

1. Estímulo para que os estudantes sejam protagonistas do próprio aprendizado por meio de atividades que envolvam pesquisa, experimentação e resolução de problemas;

2. Desenvolvimento de projetos que integrem diferentes áreas

do conhecimento, permitindo que os estudantes façam conexões entre os conteúdos estudados;

3. Inclusão de atividades que promovam o desenvolvimento de competências socioemocionais,

Como empatia, resiliência e trabalho em equipe;



4. Utilização de ferramentas tecnológicas para enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, proporcionando acesso a recursos digitais e plataformas de aprendizagem interativas;

5. Promoção de atividades que incentivem a participação ativa dos estudantes na comunidade escolar e na sociedade, estimulando a consciência cidadã e o engajamento social;

6. Implementação de momentos de estudo dirigido, nos quais os estudantes possam desenvolver hábitos de estudo eficazes, planejamento e gestão do tempo.

Ao integrar essas metodologias no dia a dia escolar, os Cepis criam um ambiente propício ao desenvolvimento de estudantes autônomos, solidários e competentes. A educação integral não apenas prepara os jovens para o sucesso acadêmico, mas também para enfrentar os desafios da vida com confiança, ética e responsabilidade. Dessa forma, a dinâmica escolar nos Cepis torna-se um poderoso instrumento de transformação, proporcionando aos estudantes uma educação de qualidade que contribui para o seu pleno desenvolvimento e os prepara para se tornarem cidadãos conscientes e ativos na sociedade.

ACOLHIMENTO

O **Acolhimento** deve levar em conta não só a acolhida dos estudantes, mas também dos servidores, das famílias e dos visitantes. A qualidade no ato de acolher contribui para a percepção do trabalho realizado pelo Cepi, construindo boas referências sobre seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

Acolhimento da Equipe Escolar

O **Acolhimento** é uma metodologia desenvolvida pelos Cepis que objetiva consolidar, por meio de um conjunto de atividades, a mensagem de acolher, receber e aceitar as pessoas — sejam elas estudantes, membros da equipe escolar, pais ou responsáveis. É parte

indissociável da proposta pedagógica do Programa Educação Plena e Integral e um elemento fundamental para o desenvolvimento de todo o processo educativo.

O acolhimento prevê, para o primeiro dia de aula, atividades destinadas aos estudantes que estão ingressando na escola. O objetivo desse momento é dar as boas-vindas aos estudantes, apresentar o modelo de educação integral e, por meio de dinâmicas, vídeos de reflexão, trabalho em equipe, diálogo e troca de experiências entre os veteranos e os recém-chegados, garantir a integração de todos. Essas propostas de atividades são fundamentadas nos Quatro Pilares da Educação e na Pedagogia da Presença.

O **Acolhimento deve** levar em conta não apenas a recepção dos estudantes, mas também a dos servidores, das famílias e dos visitantes. A qualidade no ato de acolher contribui para a percepção positiva do trabalho realizado pelo Cepi, construindo boas referências sobre seu papel no processo de ensino-aprendizagem.

O **Acolhimento** na abertura do ano letivo, ocorre durante a manhã do primeiro dia do retorno às atividades escolares. A partir do segundo ano de implantação, é realizado por Jovens Protagonistas Acolhedores (estudantes da própria escola e estudantes egressos). É necessário ter a presença de toda a equipe escolar: equipe gestora, professores(as) e demais profissionais. É momento de reflexão sobre a importância de estarem ali, envolvidos e comprometidos com a rotina escolar e com o Projeto de Vida.

É no **Acolhimento** que todos(as) integrantes da equipe escolar falam sobre suas expectativas e desafios para o ano letivo, refletindo sobre a necessidade de não apenas compreender a proposta pedagógica

do Programa Educação Plena e Integral, mas efetivamente aceitá-la, assumindo a corresponsabilidade pela sua execução, conforme mostra o quadro 3.



O que é?

- Momento de integração da Equipe Escolar a favor do novo projeto escolar;
- Momento de reflexão sobre a importância de estarem ali, envolvidos e comprometidos com a realização dos projetos de vida dos(as) estudantes e sobre os mecanismos necessários para a sua contribuição, no plano coletivo e individual.



O que, não é?

- Reunião para informes gerais sobre a escola;
- Momento para discussão sobre as dificuldades de trabalho ou problemas da educação em geral.

Quadro 3 – Definições de acolhimento

Acolhimento dos Pais e Responsáveis

A presença dos pais e responsáveis, no primeiro momento de um novo ano letivo, é importante para o entendimento de que todos fazem parte e são fundamentais na escola, dessa forma, devem ser envolvidos em um clima de receptividade, segurança, cuidado e afeto, haja vista que viabilizam e potencializam a aprendizagem dos estudantes quando entendem os objetivos educativos da escola e se tornam seus parceiros. Assim como a escola, a família possui um contexto de conhecimentos, atividades, regras e valores apreendidos, por isso, é pertinente que cada uma das partes tenha clareza sobre as suas funções no processo de desenvolvimento destas. A família não é responsável pela realização das atividades, mas por criar condições para que sejam realizadas, estimulando e demonstrando interesse por suas conquistas, bem como preocupações por suas dificuldades, portanto, esse é um bom momento para compartilhamento.

Diante disso, no **Acolhimento**, pais e responsáveis são orientados quanto à importância dos mecanismos de apoio e acompanhamento do desenvolvimento dos seus(suas) filhos(as), bem como sobre como podem prover meios, estimular e acompanhar estudantes no estabelecimento de sua rotina e condições de estudo. Nesse encontro, eles são estimulados a refletir por meio da experiência dos Jovens Protagonistas sobre a importância de

confiar, apoiar, inspirar os seus filhos e filhas em relação aos seus sonhos e desejos de realização.

Acolhimento dos Estudantes

Abertura do Ano Letivo: Marco Zero do Projeto de Vida

O **Acolhimento** é um marco significativo na vida dos estudantes que ingressam no Cepi, demonstrando desde os primeiros dias do ano letivo a importância de cada pessoa no processo de construção, autodesenvolvimento e realização de seu Projeto de Vida. Esse processo garante a troca de experiências e integração entre todos os membros da escola. Por meio do **Acolhimento**, toda a equipe escolar tem contato com os primeiros registros dos sonhos dos(as) estudantes.

Este evento é marcado pela chegada de todos(as) os(as) estudantes na escola e pela introdução a uma nova realidade que será continuamente alimentada pela sua presença, sendo a razão pela qual toda a equipe escolar trabalha. Dessa forma, o **Acolhimento** é uma excelente oportunidade para estimular os(as) estudantes a identificarem o ambiente como a “**Escola dos Sonhos**”, da qual todos fazem parte e a constroem juntos. Por isso, é realizado de forma planejada, intencional e fundamentado no princípio da Pedagogia da Presença.

Nos primeiros dias, durante a sema-

na de **Acolhimento**, os(as) estudantes devem estar motivados diante da sua nova escola e dos novos professores. Isso será possível a partir de um **Acolhimento** prazeroso e vivo que oportuniza a criação de vínculos afirmativos. Nesse momento, são desenvolvidas diversas atividades organizadas e conduzidas pelos(as) Jovens Acolhedores com o apoio do(a) coordenador(a) de Integração Curricular. Essas atividades geram como produto registros dos sonhos e expectativas em torno da sua realização. É por meio da sistematização desses registros que o Cepi traça as suas principais metas de trabalho para o ano letivo, alinhando o projeto escolar aos projetos de vida dos(as) estudantes.

Após a organização e realização das atividades nas diferentes turmas, cada grupo sistematiza a proposta (dramatizações, coreografias etc.) desenvolvida para ser apresentada, expressando de forma lúdica os conceitos e experiências adquiridos durante as atividades propostas. A finalização desse trabalho é denominada Culminância. Nela, cada turma prepara um produto relacionado ao conteúdo assimilado dentro da sala de aula e socializa, por meio de apresentações, com os demais estudantes e toda a equipe educacional.

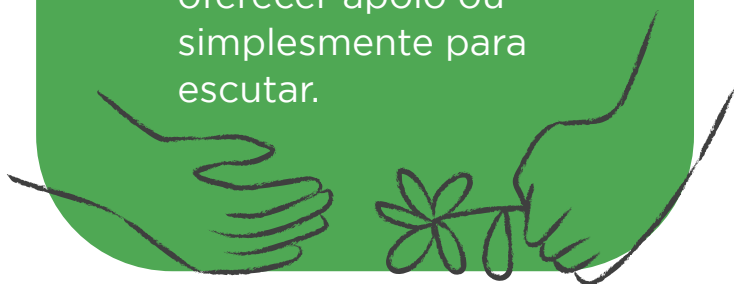
Acolhimento Diário

Os conceitos presentes no **Acolhimento** realizado no início do ano se estendem para o cotidiano escolar por meio do Acolhimento diário. Este deve ser entendido como algo muito além do ato de receber os estudantes na porta de entrada do Cepi. É essencial que seja planejado, intencional e fundamentado nos princípios da Pedagogia da Presença, visto que é preciso acolher bem qualquer pessoa que adentre a unidade escolar.

O **Acolhimento** diário é uma prática que comunica aos estudantes que são bem-vindos a cada dia na escola, e isso se faz por meio de pequenos gestos essenciais, como:

- **o sorriso que acolhe:** um gesto simples, mas poderoso, que pode iluminar o dia de um estudante e fazê-lo sentir-se valorizado e aceito;
- **o bom dia verdadeiro:** uma saudação genuína que mostra atenção e cuidado com o outro;
- **o olhar atento:** uma demonstração de que a equipe escolar está presente e atenta às necessidades e ao bem-estar dos estudantes;

- **a busca pela compreensão de possíveis problemas:** mostrar-se disponível e disposto a ouvir e ajudar com as dificuldades que os estudantes possam estar enfrentando;
- **a percepção de que algum estudante chegou de maneira diferente do usual para a jornada escolar:** Notar mudanças no comportamento e estar pronto para oferecer apoio ou simplesmente para escutar.



O **Acolhimento** é uma metodologia que precisa ser vivenciada não só no primeiro dia de aula, mas em todos os momentos do ano letivo, por toda a equipe escolar. Isso fortalece o vínculo entre estudantes e escola, promovendo um ambiente de confiança, respeito e colaboração. A prática constante do **Acolhimento** diário ajuda a criar uma atmosfera escolar positiva, onde todos se sentem valorizados e motivados a participar ativamente no processo educativo.

Além dos gestos individuais, a escola como um todo deve ser um espaço que promove a inclusão e o bem-estar. Isso pode incluir espaços físicos confortáveis, decoração inspiradora e recursos que atendam às diversas necessidades dos estudantes. Assim, vale muito organizar atividades regulares que promovam a integração entre



Foto: Hevelyn Gontijo

os estudantes, como rodas de conversa, dinâmicas de grupo e projetos colaborativos, para fortalecer o senso de comunidade. Com essas práticas, o **Acolhimento** se torna uma parte integral da cultura escolar, contribuindo significativamente para o desenvolvimento emocional e acadêmico dos estudantes.

TUTORIA

A Tutoria é uma das metodologias fundamentais na Proposta Pedagógica do Programa Educação Plena e Integral, caracterizando-se pelo atendimento e acompanhamento dos(as) estudantes na formação integral, visando ao pleno desenvolvimento nas atividades promovidas pelos Cepis. A Tutoria é orientada pelos princípios dos Quatro Pilares da Educação (aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser), do Protagonismo Juvenil, da Formação Integral e da Pedagogia da Presença.

No que se refere ao princípio da Pedagogia da Presença, os(as) professores(as) devem estar presentes na vida dos(as) estudantes em todos os tempos e espaços da escola. Essa presença refere-se não apenas ao acolhimento, mas também à mediação na construção do conhecimento, conforme a missão da escola e as responsabilidades da Tutoria. Ela desempenha um papel primordial para o êxito acadêmico dos(as) estudantes. Assim, o(a) Tutor(a) deve estabelecer

uma relação de confiança com os(as) estudantes, demonstrando disponibilidade e compromisso. Isso é essencial para trabalhar com eles(as) a partir de suas potencialidades, desenvolvendo o Protagonismo Juvenil. A Tutoria permite ao(a) professor(a) acompanhar e estimular os(as) estudantes na conquista de seu processo pessoal e acadêmico.

O trabalho de Tutoria vai além da busca por melhores resultados escolares. Ele possibilita aos(às) estudantes ampliar sua visão sobre si mesmos, o mundo, as oportunidades e as estratégias necessárias para tomar as rédeas da construção de seus projetos de vida. A Tutoria também apoia a construção do Projeto de Vida dos(as) estudantes, especialmente no Ensino Médio, auxiliando-os a descobrir suas direções e a concretizar suas intenções em cada etapa de desenvolvimento.

Na prática, a Tutoria é uma metodologia de interação pedagógica em que o(a) Tutor(a) acompanha e se comunica com os(as) estudantes de forma sistemática, planejando o desenvolvimento e avaliando a eficiência de suas orientações para resolver problemas durante o processo educativo. Isso visa o desenvolvimento de habilidades e competências nos âmbitos da:



orientação Pessoal: promove a formação integral, facilita o autoconhecimento, a adaptação e a tomada de decisões, apoiando e orientando as mudanças advindas da evolução do Projeto de Vida;



orientação Escolar ou Acadêmica: apoia na superação de dificuldades relacionadas a hábitos e métodos de estudo inadequados, integração com grupos, mediação junto aos professores, entre outros;



orientação Profissional: auxilia no autoconhecimento diante das opções de estudos e oportunidades profissionais, favorecendo escolhas acadêmicas e profissionais coerentes com a personalidade, aptidões e interesses do(a) estudante.

A **Tutoria** não demanda tempo específico na matriz curricular, permitindo que o(a) Tutor(a) e o(a) Tutorado(a) escolham um horário que melhor se ajuste a ambos, dependendo de suas demandas. É importante assegurar que o(a) estudante possa escolher o(a) professor(a) ou outro servidor que deseje como Tutor(a), desde que este se encaixe no perfil adequado, estabelecendo uma relação de confiança e compromisso.

Além disso, o(a) Tutor(a) deve manter registros dos acompanhamentos junto ao(à) Tutorado(a) para realizar uma análise das competências e habilidades desenvolvidas, fundamentadas nos Quatro Pilares da Educação e nas Competências Gerais da BNCC. O objetivo é levar o(a) estudante a refletir sobre suas escolhas e sobre como **“ver o mundo”** e **“se ver no mundo”** como um(a) agente transformador(a) e participativo(a) na sociedade em que vive.

O Tutor é alguém que:

- Tenha disponibilidade para servir;
- Seja desprendido, com genuíno interesse em ver o próximo atingir seus objetivos;
- Crie de um ambiente Tutorial organizado que possibilite que a aprendizagem aconteça;
- Use de variadas estratégias de observação para acompanhamento e monitoração dos estudantes;
- Identifique as necessidades;
- Registre as realizações e progressos;
- Registre e compare informações relevantes sobre os estudantes;
- Traduza as solicitações externas feitas aos estudantes, tais como uma escolha entre opções, a interpretação das normas escolares e o esclarecimento de situações negativas envolvendo um estudante;
- Participe no assessoramento individual e de grupo;
- Estimule à resolução de problemas;
- Amplie a experiência Tutorial mediante o emprego de destrezas de Tutoria no contexto educativo.

As qualidades de um Tutor:



- **Qualidades humanas (o ser do tutor):** empatia, maturidade intelectual e afetiva, socia-bilidade, responsabilidade e capacidade de aceitação;
- **Qualidades científicas (o saber do tutor):** conhecimento da maneira de ser do estudan-te e dos elementos pedagógicos que tornam possível conhecê-lo e ajudá-lo;
- **Qualidades técnicas (o saber fazer do tutor):** capacidade de trabalhar com eficácia e em equipe, participando de projetos e programas estabelecidos de comum acordo para a formação dos estudantes.

Fonte: Inovações em Conteúdo, Método e Gestão Rotinas e Práticas Educativas • Ensino Médio/2020

Os registros de **Tutoria** têm como objetivo principal realizar o acompanhamento individual do (a) estudante aproveitando ao máximo entender as

capacidades, potencialidades e fragilidades relacionadas aos componentes curriculares abordados.

AMBIENTES DE APRENDIZAGEM

A metodologia **Ambientes de Aprendizagem** está fundamentada nos princípios e premissas da Proposta Pedagógica para Educação Integral em Tempo Integral, proporcionando aos estudantes a vivência do protagonismo, sendo responsáveis pelos ambientes escolares e participando ativamente da construção da própria aprendizagem. Nessa concepção diferenciada dos padrões usuais, os estudantes têm a oportunidade de experimentar uma proposta rica em possibilidades e atividades que estimulam o senso crítico, a capacidade de investigação e a criatividade.

Organização das Salas de Aula:

as salas de aula são organizadas de acordo com as características de cada componente curricular ou área do conhecimento, tornando o ambiente mais funcional para o desenvolvimento das aulas e mais atrativo para o aprendizado. Essa organização otimiza o uso do tempo, eliminando a necessidade de carregar materiais de um lugar para outro. O essencial é estruturar um planejamento eficaz por meio de um ambiente propício à aprendizagem, com materiais que ilustrem e enriqueçam as aulas, estimulando a curiosidade e facilitando o aprendizado.

Ambientes de Aprendizagem:

promovem oportunidades de mudanças nas práticas pedagógicas, valorizando a educação escolar e melhorando a relação dos estudantes com a escola e os professores. Uma sala de aula equipada com recursos didático-pedagógicos específicos para cada fim educacional permite que os estudantes interajam com uma maior diversidade de materiais, estabelecendo uma conexão entre o conhecimento escolar, a vida cotidiana e o mundo ao redor. Além disso, esse conceito considera que o quadro de giz não é o único recurso válido no processo de ensino-aprendizagem.

Objetivo dos Ambientes de Aprendizagem:

propõe-se formar indivíduos que construam sentido para o mundo, compreendam criticamente o contexto social e histórico em que estão inseridos e, por meio do conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade. A proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriem do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos. Portanto, a ação pedagógica realizada na escola deve contribuir para essa formação. Os ambientes de aprendizagem despertam a reflexão

e o entendimento sobre a utilização dessa metodologia nos Cepis.

Flexibilidade e Adaptabilidade dos Ambientes: os ambientes de aprendizagem devem facilitar a troca contínua de conhecimentos, proporcionando a estudantes e professores espaços que podem ser modificados conforme as necessidades e objetivos do momento. Outros espaços escolares, além das salas de aula, também podem ser pensados e planejados para esse fim, tornando a organização espacial uma metodologia importante na dinâmica do pro-

cesso de ensino-aprendizagem nos Cepis. Nesse formato, são os estudantes que se deslocam pela escola, de uma sala para outra, e não os professores.

A implementação de **Ambientes de Aprendizagem** flexíveis e adaptáveis nos Cepis não só melhora a funcionalidade e a atratividade do ensino, mas também promove uma educação integral que valoriza o protagonismo estudantil, a investigação, a criatividade e a capacidade crítica. Ao proporcionar um ambiente educativo rico e diversificado, os estudantes são incentivados a se tornarem agentes transformadores e participativos na sociedade.



Foto: Hevelyn Gontijo

CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO

O Conselho de Classe Participativo é uma metodologia do Programa Educação Plena e Integral que tem como objetivo ouvir os(as) estudantes por meio do Pré-Conselho de Classe, sendo este um dos momentos que possibilita reflexão acerca dos avanços e retrocessos vivenciados na escola, no que diz respeito a Proposta Pedagógica para a Educação Integral em Tempo Integral e ao desenvolvimento de habilidades e competências por parte dos(as) estudantes. Para potencializar essa reflexão utiliza-se como instrumento a Ficha de Participação dos Estudantes, composta por um formulário estruturado a ser respondido pelos(as) estudantes sob a coordenação do Líder de Turma.




As Fichas de Participação dos Estudantes foram criadas com intuito de obter informações sobre a visão dos(as) estudantes a respeito do processo educativo desenvolvido na unidade escolar e, também, sobre suas atuações enquanto corresponsáveis pela qualidade do processo de ensino-aprendizagem ofertado. Dessa forma, está sendo possibilitado a eles(as) a vivência das premissas da Corresponsabilidade e do Protagonismo Juvenil. Ressalta-se que esses modelos de fichas são sugestões, portanto, caso os Cepis queiram incluir informações ficará a critério da equipe gestora, o que não pode é deixar de usá-la, visto que faz parte dessa metodologia. São elas:

Ficha de Participação dos Estudantes – Ensino Fundamental/Anos Finais

Ficha de Participação dos Estudantes – Ensino Médio

Para a efetivação do Conselho de Classe Participativo orienta-se os seguintes passos:

Pré-Conselho de Classe

-  **Reunião do Gestor com os Líderes de Turma, na qual o Coordenador(a) Pedagógico(a) participa com uma pauta para orientar os(as) Líderes sobre o objetivo e o preenchimento da *Fichas de Participação dos Estudantes*.**
-  **O Coordenador(a) Pedagógico(a) estabelece com os(as) Líderes de Turma o dia e horário (em média uma aula), para acontecer o *Pré-Conselho de Classe* nas turmas, momento em que as *Fichas de Participação dos Estudantes* serão preenchidas.**
-  **Os Líderes de Turma, em suas respectivas turmas, conduzem toda discussão a partir da leitura do formulário proposto e preenchem as fichas. Esse momento é uma oportunidade pedagógica para os(as) estudantes vivenciarem o princípio da autonomia, da solidariedade e da competência.**

OBS.: Nas turmas de Ensino Fundamental – Anos Finais a Coordenação Pedagógica e/ou Gestor(a) devem estar presentes, no entanto, não interferem.

apresentados por cada turma.

- Os resultados individuais dos(as) estudantes por Componente Curricular

■ Após o preenchimento das **Fichas de Participação dos Estudantes**, o(a) Coordenador(a) Pedagógico(a) junto ao(a) Gestor(a) fazem uma análise destas. Essa análise deve ser repassada e discutida no momento do Conselho de Classe. Após os encaminhamentos oriundos dessa discussão é necessário fazer a devolutiva aos(as) Líderes de Turma durante uma das reuniões mensais que o(a) Gestor(a) faz com eles.

■ Apresentar, pela Coordenação Pedagógica, a análise das **Fichas de Participação dos Estudantes** à equipe educacional, para alinhamentos necessários a melhoria dos processos de gestão e pedagógico, bem como, do desempenho acadêmico dos(as) estudantes.

Vemos com isso, que por meio do Conselho de Classe Participativo é possível refletir e avaliar as percepções dos(as) estudantes sobre aspectos pedagógicos e administrativos desenvolvidos no Cepi a cada bimestre. Para tanto, todos os envolvidos devem ter clareza dos objetivos e da intencionalidade dessa Metodologia.

Execução do Conselho de Classe

■ Realizar a socialização e análise dos resultados acadêmicos dos(as) estudantes, visando uma avaliação qualitativa e quantitativa, para definir estratégias coletivas e individuais para o acompanhamento e assessoramento pedagógico, considerando:

- Os dados do Acompanhamento Estatístico e Pedagógico fornecidos pelos relatórios bimestrais do Sistema Administrativo e Pedagógico (SIAP).
- As médias por Áreas de Conhecimento.
- Os resultados globais

ROBÓTICA EDUCACIONAL

Nos CEPIs, a **Robótica Educacional** é considerada um dos pilares da educação moderna, alinhada aos princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes. Estes agora assumem um papel central no processo educacional, tornando-se sujeitos ativos, e não mais passivos. Assim, o conhecimento deixa de ser algo desconectado da realidade.

Através das atividades aplicadas nas aulas, utilizando a metodologia da **Robótica Educacional** nos CEPs, pretende-se: estimular nos estudantes a prática de “aprender a aprender”; envolvê-los e, sobretudo, entusiasamá-los em relação à vida; e valorizar a interação entre eles, de modo que possam criar conexões entre os diversos conhecimentos teóricos adquiridos em suas vivências, aplicando-os em situações reais. Além disso, essa metodologia promove uma maior proximidade com a ciência e a tecnologia, áreas que despertam grande interesse entre os alunos.

A **Robótica Educacional** é uma metodologia extremamente rica, pois proporciona a oportunidade de experimentação em várias áreas do conhecimento, tornando o processo de ensino-aprendizagem estimulante e significativo. Além disso, está intimamente ligada à BNCC, já que faz parte da cultura digital, um elemento crucial para a formação dos nossos estudantes. O papel do professor nesse contexto é essencial.

A Gerência de Educação Integral coordena esse trabalho com o objetivo de apoiar e orientar professores e estudantes, visando ampliar o acesso

de interação com essa realidade e desenvolver a capacidade de formular e resolver problemas

É importante destacar que é possível viabilizar a robótica nos CEPs por meio da construção de protótipos a partir de materiais alternativos e recicláveis, incentivando os estudantes a reaproveitar materiais em desuso. Isso não apenas reduz os custos da proposta educacional, mas também permite a criação de circuitos eletrônicos de forma simples e lúdica, ao mesmo tempo em que fomenta a sustentabilidade. Portanto, para que essa metodologia se concretize nos CEPs, não é imprescindível o uso de kits de robótica, pois é viável utilizar materiais alternativos.

Dentre os principais benefícios da **Robótica Educacional** podemos destacar: estímulo do raciocínio lógico; fortalecimento do espírito de equipe; fomento da criatividade; desenvolvimento de habilidades para a solução de demandas complexas; conexão com as novas tendências da tecnologia e do mercado de trabalho, contribuindo assim com a melhoria do desempenho acadêmico. Dessa maneira, os(as) estudantes vivenciam o protagonismo e se tornam ativos na construção do seu conhecimento.

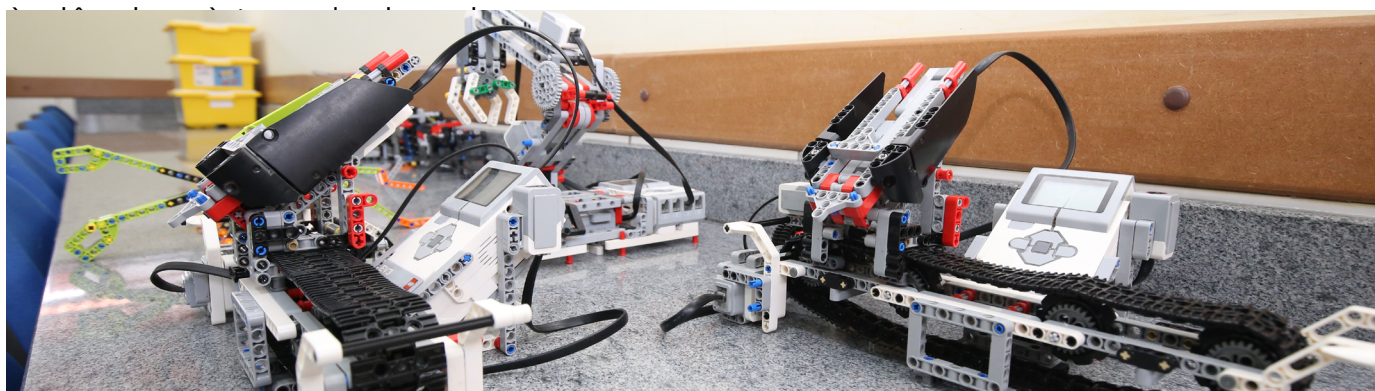


Foto: Alexandra Rita

NIVELAMENTO / RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

O Nivelamento é uma metodologia dentro da proposta **pedagógica do Programa Educação Plena e Integral**, cuja finalidade é propiciar equidade e igualdade nas oportunidades de aprendizagem ofertadas nos Centros de Ensino em Período Integral – Cepis. Esta metodologia considera os diferentes processos de aprendizagem dos(as) estudantes e busca entender e fornecer a eles(as) o suporte necessário para fortalecer seu desempenho acadêmico com qualidade, reconhecendo o direito de aprender de todos(as).

Para apoiar a condução da metodologia do Nivelamento/Recomposição das Aprendizagens, dispomos dos seguintes materiais: “**Avaliação Diagnóstica na Perspectiva da Recomposição das Aprendizagens**” e “**Nivelamento: Um Olhar Equânime sobre a Aprendizagem**”. Esses materiais foram elaborados com o intuito de discutir, refletir e orientar os Cepis sobre uma metodologia que pode e deve ser colocada a serviço das aprendizagens dos estudantes.

O nivelamento/recomposição das aprendizagens pressupõe a implementação contínua de um ciclo que envolve três etapas fundamentais: avaliação diagnóstica, implementação de intervenções didáticas e avaliação somativa. O objetivo é promover aprendizagens essenciais que, apesar de previstas, não foram desenvolvidas

a contento pelos estudantes nas etapas, anos ou séries anteriores à série em curso. Trata-se não de qualquer aprendizagem prevista, mas daquelas estruturantes de cada uma das áreas de conhecimento, consideradas fundamentais para que os estudantes sigam aprendendo.

É necessário que os(as) estudantes e suas famílias entendam a importância do Nivelamento, seus objetivos e a maneira como ele se desenvolverá no Cepi. Para que o Nivelamento tenha êxito nas aprendizagens dos(as) estudantes e no fazer pedagógico da escola, todos precisam se sentir corresponsáveis nesse processo.

Etapas do Nivelamento

1ª Etapa – Mapeamento das Habilidades Essenciais

Para se pensar em avaliação diagnóstica, é essencial conhecer e compreender o currículo da rede. Por isso, é importante ter um olhar sobre o currículo, de maneira mais ampla, entendendo como ele está delineado e qual o conjunto de habilidades de que potencialmente o(a) estudante precisará desenvolver. Dessa forma, a coordenação pedagógica e as coordenações de área irão analisar as habilidades básicas propostas no currículo da rede. Após a análise do currículo:

- as coordenações de área, junto com os(as) professores(as), selecionam as habilidades, aquelas que são essenciais para o desenvolvimento das habilidades propostas no currículo, ou seja, da série/ano anterior ao que o(a) estudante está cursando;
- após o mapeamento e seleção das habilidades, as coordenações de área precisam orientar os(as) professores(as) a elaborarem a avaliação e/ou atividades diagnósticas de modo que contemplem as habilidades selecionadas;
- faz-se necessário o apoio e acompanhamento da coordenação pedagógica nessa etapa.

2ª Etapa – Avaliação Diagnóstica

Nessa etapa, os (as) professores(as) desenham os instrumentos a serem utilizados para o diagnóstico, aplicam e analisam os resultados. A partir disso:

- a coordenação pedagógica analisa os resultados juntamente com as coordenações de área e coordenação de Integração Curricular e elabora o Plano de Nivelamento da escola propondo estratégias que possibilitem a superação das lacunas de aprendizagem apresentadas. O(A) gestor(a) precisa participar dessa análise dos resultados;
- as coordenações de área analisam os resultados de cada turma junto aos professores, orien-

tando-os na elaboração do Plano de Nivelamento, definindo estratégias e recursos didáticos que atendam às necessidades da turma e de cada estudante.

3ª Etapa - Elaboração e Execução de Plano de Nivelamento

A elaboração do **Plano de Nivelamento** constitui-se como essencial ao processo, pois essa construção possibilitará analisar os dados e indicadores internos e externos, levantar hipóteses sobre as causas das defasagens, assumir posicionamentos investigativos e propor ações pedagógicas, definindo prioridades, objetivos e metas. É, de fato, uma oportunidade para revisar a prática docente e os novos rumos que a escola deve tomar.

Após o levantamento e análise das informações acima, elabora-se o **Plano de Nivelamento** de acordo com as necessidades dos(as) estudantes e a realidade de cada turma. É importante considerar a variabilidade didática para oportunizar a aprendizagem a cada estudante. Caberá ao(a) professor(a) refletir sobre diferentes ferramentas, atividades e recursos que propiciem o desenvolvimento de toda a turma, tais como:

- seqüências Didáticas;
- recursos Audiovisuais;
- seminários;
- produções de Textos, entre outros.

Atenção!

Espaço e Tempo para Execução do Plano de Nivelamento

Para realização das atividades de Nivelamento, as coordenações devem fortalecer articulação entre a Formação Geral Básica e a Integração Curricular, a fim de que essas atividades sejam elaboradas e desenvolvidas de forma integrada, contemplando aulas dos componentes curriculares da Formação Geral Básica e da Integração Curricular. Essa organização de tempos e espaços para execução do Plano de Nivelamento deverá estar contemplada no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Ação do Cepi.

A quantidade de aulas previstas para realização do Nivelamento varia de acordo com as necessidades apresentadas pelos estudantes em cada componente curricular (organização da escola). Relembrando que o processo de **Nivelamento** acontece de forma concomitante com o desenvolvimento do currículo do ano escolar/série que os estudantes estão cursando. Assim, as coordenações precisam estar bem alinhadas e articuladas para orientar e acompanhar os professores, durante a execução do Plano de Nivelamento de modo que as desigualdades nos níveis de desenvolvimento dos estudantes sejam minimizadas.

4ª Etapa – Avaliação dos Resultados do Nivelamento

Após a execução do Plano de Nivelamento:

- o(a) professor(a) de cada componente curricular analisa os resultados e avalia os avanços obtidos, planejando estratégias a serem desenvolvidas, no decorrer do ano letivo para minimizar as lacunas de aprendizagem que não foram sanadas;
- as coordenações de área analisam os resultados da área e avaliam os avanços. Esse resultado

servirá para o redirecionamento das orientações e do acompanhamento pedagógico junto aos professores, no decorrer do ano letivo;

- a coordenação pedagógica e a gestão consolidam os resultados e analisam com a finalidade de verificar se tais resultados geram e/ou alteram estratégias do plano de ação;

- a coordenação de Integração Curricular, juntamente com a coordenação pedagógica, analisa esses resultados objetivando planejar os redirecionamentos e orientação quanto aos planejamentos dos componentes curriculares da Integração Curricular.

Enfatizamos ainda que o **Nivelamento** deve ser oportunizado aos(às) estudantes em todos os componentes curriculares a fim de minimizar as lacunas de aprendizagem. Para auxiliar os Cepis, a Superintendência de Ensino Médio/Gerência de Educação Integral sugere um modelo de **Plano de Nivelamento** o qual possibilita a corresponsabilidade de toda equipe escolar com o processo de Nivelamento, elencando as estratégias, as ações e os componentes curriculares envolvidos para minimizar as lacunas de aprendizagem verificadas no processo de diagnóstico.



Foto: Hevelyn Gontijo



3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO: CIRCUITO DE GESTÃO GOIANO

O Circuito de Gestão Goiano é uma metodologia de gestão integrada ao **Programa Educação Plena e Integral** que visa promover o desenvolvimento integral de toda a comunidade escolar. Dessa maneira, essa metodologia permite que os processos, o diálogo e a corresponsabilização entre a Seduc, Coordenações regionais e unidades escolares sejam facilitados e ampliados, auxiliando o gerenciamento global e o aperfeiçoamento dos processos e das ações desenvolvidas pela rede.

O Circuito de Gestão Goiano é uma ferramenta essencial para a melhoria contínua dos processos pedagógicos nos Cepis. Por meio de suas etapas estruturadas e do enfoque colaborativo, ele promove uma educação integral e de qualidade, assegurando que todos os estudantes tenham oportunidades equânimes de aprendizagem.

Dentre os instrumentos que viabilizam a execução do Circuito de Gestão Goiano, o Plano de ação é um instrumento que objetiva o planejamento estratégico de todas as ações necessárias para garantir um ensino de qualidade. Assim, nos Cepis, esse instrumento precisa estabelecer prioridades, indicadores, metas e estratégias capazes de assegurar um trabalho peda-

gógico contextualizado, articulado e integrado, proporcionando a formação plena dos(as) estudantes.

Nesse sentido, o **Plano de Ação** é a bússola que norteará a equipe para a construção da identidade dos Centros de Ensino em Período Integral voltada para a formação dos(as) estudantes em sua inteireza, na qual a integração das competências cognitivas e socioemocionais ganha relevância. Nessa perspectiva, a construção do Plano de Ação é um momento importante para a comunidade escolar pensar sobre sua missão, identificando e relacionando as atividades prioritárias para o ano em exercício, tendo em vista os resultados esperados.

DESDOBRAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Além do Plano de Ação, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, por meio da Superintendência de Ensino Médio/Gerência de Educação Integral elaborou mais três Instrumentos de Gestão para facilitar os gerenciamentos de processos dentro dos Cepis, são eles: **Mapa de Atividades, Reuniões Gerenciais e Agenda Bimestral.**

Mapa de Atividades

O **Mapa de Atividades** é um Instrumento de Gestão pensado pela Secretaria de Estado da Educação/ Superintendência de Ensino Médio/Gerência de Educação Integral e incorporado aos Instrumentos de Gestão, com o objetivo de acompanhar e gerenciar os processos de Gestão e Pedagógico dos diversos atores do Cepi de maneira a formar uma consciência de gestão na equipe pedagógica, alinhando-a a filosofia do projeto. Diante disso, a implementação, a execução e o acompanhamento desse instrumento são fundamentais para uma maior produtividade.

O **Mapa de Atividades** organiza todos os tempos semanais previstos na Matriz Curricular, portanto neste instrumento serão descritas todas as atividades a serem desenvolvidas pelos(as) coordenadores(as) e professores(as) no Cepi, contemplando as atividades pedagógicas dentro e fora da sala de

aula, como: Horário de Aulas, Planejamento, Elaboração e Correção de Atividades/Avaliação, Reuniões com as Coordenações, Momento de Estudo Individual e Coletivo, Formação, entre outras atividades inerentes ao trabalho docente.

A elaboração dos **Mapas de Atividades** deve ser realizada conforme horário de aula. Cada professor(a) lança as suas aulas (Formação Geral Básica e Integração Curricular). Após, o(a) professor(a) distribui as demais atividades relativas às respectivas atribuições de modo a totalizar os tempos semanais (45 tempos para Cepis de 9h30min e 35 tempos para Cepis de 7 h).

A **Coordenação Pedagógica, Coordenação de Integração Curricular** e Coordenações de Área elaboram seus Mapas de Atividades assegurando que eles tenham disponibilidade para acompanhar a execução das atividades dos(as) professores(as), bem como contemplar as Reuniões Gerenciais.



Reuniões Gerenciais

São Instrumentos de Gestão importantes que possuem uma sistemática de reuniões voltadas para o alinhamento, articulação e a integração de ações de gestão e pedagógicas a fim de garantir a qualidade do ensino ofertada nos Cepis. Essas reuniões devem acontecer semanalmente, com pautas pré-definidas. Faz-se necessário registrar todas as reuniões, especificando os assuntos discutidos e os encaminhamentos propostos. Em cada reunião, retoma-se os encaminhamentos da reunião anterior, analisando os avanços e o que precisa ser replanejado.

As **Reuniões Gerenciais** devem ser espaços de estudo, reflexão, (re) planejamento, feedbacks, redirecionamentos etc. Tem como objetivo alinhar e articular os processos pedagógicos e de gestão a fim de garantir a qualidade de ensino e, conseqüentemente, o sucesso acadêmico dos(as) estudantes.

Esses momentos também são para formar, discutir e integrar a equipe para tomadas de decisões, assegurando o bom andamento das atividades no Capi. Para a realização dessas reuniões, as pautas devem ser pré-definidas e, a partir destas planejar o desenvolvimento dos trabalhos. Serão iniciadas com a avaliação dos encaminhamentos realizados durante a semana anterior e replanejar as ações caso necessário.

Diante dessa sistemática, o fluxo de reuniões se consolida da seguinte forma:

- **Reunião da Equipe Gestora:** acontece no horário que ocorre as Avaliações de Bloco, na segunda-feira, 1º e 2º horários de aulas, devem estar presentes: Gestor(a), Coordenador(a) Pedagógico(a), Secretário(a) e o Coordenador(a) Administrativo(a) Financeiro(a). Essa é a primeira reunião da semana, sendo formativa e deliberativa. É a partir desse momento que sairão as pautas para as demais reuniões.
- **Reunião do(a) Secretário(a) com sua equipe:** nesta o Secretário(a) avaliará o trabalho da semana anterior, se necessário replanejar as atividades e alinhar as demandas da semana. Participam desta reunião: Secretário(a) e os(as) Auxiliares de Secretaria.
- **Reunião do(a) Coordenador(a) Administrativo(a) Financeiro(a)(CAF) com sua equipe:** o CAF com sua equipe retomará e avaliará as atividades de sua atribuição, estabelecendo com a equipe as rotinas de trabalho.
- **Reunião da Coordenação Pedagógica com as Coordenações de Área e Coordenação de Integração Curricular:** será realizada na segunda-feira ou no máximo na terça-feira, contribuindo com o fluxo das demais reuniões. Deve-se avaliar

os encaminhamentos da reunião anterior, propor novas ações, analisar os resultados das avaliações e ter um caráter formativo.

Reunião das Coordenações de Área com seus(suas) professores(as): reunião formativa, de análise de resultados, planejamento e replanejamento tanto para a Formação Geral Básica como para a parte da Integração Curricular.

Reunião da Coordenação de Integração Curricular com os(as) professores(as): reunião formativa e de alinhamento observando os pontos de atenção detectados nos componentes curriculares da Integração Curricular. Além disso, é também um momento de feedback relacionado ao planejamento. Contudo, a cada semana o Coordenador de Integração Curricular pode elencar com quais professores irá falar naquela semana, uma vez que todos os professores possuem modulação na Integração Curricular.

Reunião do Gestor com os(as) Líderes de Turma e de Clube: acontece uma vez ao mês e tem por objetivo fomentar a liderança positiva nos estudantes protagonistas que atuam como líderes. Assim, o(a) Gestor(a) deve realizar estudos (com os Líderes) acerca de liderança, bem como discutir as

pautas apresentadas por ele(a) e pelos(as) estudantes de forma a garantir a atuação efetiva deles. É por meio dessas reuniões que os Líderes de Turma, também, são orientados sobre o preenchimento das Fichas de Participação dos Estudantes, antes de cada Conselho de Classe.

Reunião de Formação Geral: momento de estudo coletivo, orienta-se que seja no horário do Protagonismo Juvenil, contudo, no Ensino Fundamental como tem professor(a) modulado(a) não será viável a participação destes, sendo necessário que a coordenação pedagógica, em outro momento, deixe-os(as) a par da formação.

Reunião Quinzenal entre Gerência de Educação Integral e Gestores Escolares: a Reunião Quinzenal entre a Gerência de Educação Integral e os Gestores Escolares, tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento contínuo e integrado das ações pedagógicas e administrativas nos Cepis. Esse encontro periódico visa à revisão das metas e indicadores estabelecidos, bem como a avaliação dos resultados alcançados até o momento. É um espaço para análise dos desafios enfrentados e das estratégias adotadas, permitindo ajustes necessários no Plano de Ação.

Durante a reunião, é promovido o compartilhamento de boas práticas exitosas e casos a fim de incentivar a replicação de métodos eficazes entre as escolas.

Agenda Bimestral

A Agenda Bimestral é um dos Instrumentos de Gestão, elaborado bimestralmente, que diz o melhor gerenciamento dos processos pedagógicos e de gestão desenvolvido para auxiliar na comunicação interna e externa, garantindo o bom funcionamento da rotina escolar. Contém as atividades propostas relevantes e que precisam ser do conhecimento de todos(as), abrangendo ações de natureza inter-

na e externa. As ações contempladas na Agenda Bimestral devem ser avaliadas no Trabalho Coletivo.

MEU CEPI É 10

Esta **Proposta Pedagógica** não tem o objetivo de limitar ou esgotar as necessidades de cada escola, mas sim orientar a organização de suas rotinas pedagógicas para o ano letivo. Para apoiar a equipe escolar na apropriação e aprofundamento das metodologias propostas para a Educação em Tempo Integral, sugerimos a leitura dos cadernos Meu Cepi é 10. Esse material orientador oferece diretrizes conceituais e práticas que subsidiam o trabalho pedagógico, com foco no desenvolvimento dos componentes curriculares



Dessa forma, Meu Cepi é 10 busca promover o engajamento dos estudantes, fortalecer a Formação Geral Básica

ca e fomentar processos contínuos de reflexão e construção nos processos de ensino e aprendizagem.

“NINGUÉM IGNORA TUDO.
NINGUÉM SABE TUDO. TODOS NÓS
SABEMOS ALGUMA COISA.
TODOS NÓS IGNORAMOS ALGUMA COISA.
POR ISSO APRENDEMOS SEMPRE.”

Paulo Freire



REFERÊNCIAS

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. BRASIL. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

_____. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DESLANDES, S. F. **O projeto de pesquisa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1995. Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

FLORES, M. L.; ROZA, R.J. da; THIEL, A. A. **História dos celulares**. In: **Mostra de Iniciação Científica e Tecnológica Interdisciplinar**, 1, 2006, Camboriú. Anais. Camboriú: UFSC/CAC, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. BOAS, V. V. PGM0101 Metodologia da pesquisa. Caxias do Sul, RS: UCS, 200p.
Inova escola: **práticas para quem quer inovar na educação / Fundação Telefônica Vivo**. – São Paulo (SP): Fundação Telefônica Vivo, 2016.

Instituto de Corresponsabilidade da Educação/ ICE. **Escola da Escolha**. Recife, PE: Disponível em: <https://icebrasil.org.br/escola-da-escolha/>. Acesso em 28 fev. 2021.

LABURÚ, C.E. **Fundamentos para um experimento cativante**. Cad. Bras. Ens. Fís., v.23, n.3, p. 382-404, 2006.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa**. 15ª ed. Campinas: Papirus, 1994.

_____, C.E. **A relação com o saber profissional do professor de Física e o fracasso da**

implementação de atividades experimentais no ensino médio. Investigações em ensino de ciências, v.12, n.3, p.305-320, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências humanas**. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settinieri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 1991. 270p.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Sala ambiente** (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira – EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MORAN, J. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. In: BACICH, L; _____. J. (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

OLIVEIRA, Emanuelle. **Interdisciplinaridade. Info Escola: Navegando e Aprendendo**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/interdisciplinaridade/>. Acesso em: 04 de fev. 2021.

PERRENOUD, P. **As competências para ensinar no século XXI: A formação dos professores e o Desafio da avaliação**. Porto Alegre. Artmed Editora S.A, 2002.



5 Anexos



ANEXO - PARECER SGG/COCP - CEE-18461 Nº 7/2024

08/05/2024, 14:20

SEI/GOVERNADORIA - 59646526 - Parecer - CEE

SGG
Secretaria-Geral
de Governo



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CONSELHO PLENO

Processo: 202400006038318

Nome: SUPERINTENDÊNCIA DE ENSINO MÉDIO

Assunto: Parecer sobre a Minuta de Portaria.

PARECER SGG/COCP - CEE-18461 Nº 7/2024

Tendo em vista as atribuições do Conselho Estadual de Educação de Goiás, previstas na Lei Complementar n 26/1998, artigos 14 e 76 e na Constituição do Estado de Goiás, analisamos a minuta de portaria apresentada pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás, para normatizar a Política de Educação em Tempo Integral no Estado de Goiás, conforme estabelecido pela Lei Estadual 20.917, de 21 de dezembro de 2020, ao considerar as prerrogativas do *Programa Escola em Tempo Integral*, instituído pela Lei n. 14.640/2023, e regulamentado pelas Portarias n. 1.495/2023 e n. 2.036/2023.

A Política de Educação em Tempo Integral apresentada pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás é introduzida sob um alicerce que considera a **Educação enquanto direito** assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; pelo Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996. Além disso, leva em consideração as metas dos planos nacional e estadual de Educação que referendam a importância do fomento à política da Educação em Tempo Integral na rede pública de ensino. Tal portaria coteja legislações federais e estaduais que já estão em vigor e que, por sua vez, estabelecem os critérios para a implantação de escolas de tempo integral no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, a saber: Lei Federal nº12. 527, de 18 de novembro de 2011, a Lei Federal nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, Lei Federal nº 14.640, de 31 de julho de 2023, a Portaria MEC nº 2.116, de 06 de dezembro de 2019, a, a Lei Estadual nº 20.917, de 21 de dezembro de 2020, e a Portaria SEDUC/GO n. 1204/2024.

Ancorada em todo esse arcabouço legislativo, a Política da Educação em Tempo Integral objetiva apresentar orientações práticas relativas às decisões, instrumentos e ações relevantes para ampliar as matrículas de educação em tempo integral, visando à oferta de um ensino de qualidade com equidade. Ao analisar a minuta da portaria, percebemos o esforço exitoso da Secretaria ao consolidar tais orientações que certamente balizarão a implementação assertiva da Política.

A Política de Educação em Tempo Integral é uma proposta que incorpora regramentos federais e estaduais pertinentes, e apresenta uma abordagem abrangente ao asseverar um compromisso claro com a oferta de um ensino de qualidade com equidade, alinhado com as prerrogativas do Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei n° 14.640/2023, bem como com as metas estabelecidas tanto no Plano Nacional de Educação quanto no Plano Estadual de Educação.

Antecipamos deliberação por parecer favorável do Conselho Estadual de Educação de Goiás à normatização da Política de Educação em Tempo Integral e respaldamos tal decisão em especial nos princípios educativos que a norteiam, os quais são fundamentais para promover uma educação integral e de qualidade. São eles:

I. Protagonismo Juvenil – A proposta favorece o desenvolvimento de habilidades essenciais para uma cidadania plena ao incentivar os estudantes a serem protagonistas do processo de aprendizagem e participarem ativamente da vida escolar e pessoal.

II. **Pedagogia da Presença** – estabelecer e manter vínculos de confiança e respeito entre os educadores e os estudantes é essencial para um ambiente escolar acolhedor e propício ao desenvolvimento integral dos alunos.

III. **Formação Integral** – A proposta visa formar indivíduos completos e preparados para enfrentar os desafios da vida ao promover o desenvolvimento dos alunos nas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural.

IV. **Os Quatro Pilares da Educação** - A consideração dos quatro pilares da educação - aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser – no âmbito da Política de Educação em Tempo Integral, destaca-os como fundamentais para a realização pessoal e social dos estudantes e demonstra um alinhamento com práticas educativas que consideram a Educação em sua essência e totalidade.

Em paralelo, o Conselho Estadual de Educação de Goiás endossa positivamente a adoção dos seguintes eixos formativos como instrumentos de efetivação da proposta pedagógica da Política de Educação em Tempo Integral:

I. **Formação Acadêmica de Excelência** – possibilita assegurar condições ideais de aprendizagem para o desenvolvimento de habilidades e competências nas diversas áreas do conhecimento e é essencial para preparar os estudantes para os desafios da sociedade contemporânea.

II. **Formação para a Vida** - desenvolve competências e habilidades relacionadas a valores e conceitos que contribuam para a formação de estudantes munidos de autonomia e capazes de tomar decisões embasadas, o que se configura como fundamental para a inserção deles na sociedade.

III. **Formação de Competências para o Século XXI** - prepara os estudantes para atuar no mundo do trabalho e também na vida pessoal, ao desenvolver habilidades para transferir conhecimento e enfrentar os desafios cotidianos.

Ressaltamos que a **jornada escolar** prevista na portaria que normatiza a Política de Educação Integral de Goiás está alinhada com as disposições legais federais, ao contemplar diversas possibilidades de carga horária que garantem uma oferta diversificada e adaptada às necessidades dos estudantes.

As matrizes curriculares foram apresentadas pela Seduc a este Conselho de modo a contemplar **quatro diferentes modelos de organização de jornada escolar**:

- I. Tempo Integral - 9 horas e 30 min
- II. Tempo Integral - 7 horas
- III. Tempo Integral – Duplo turno de 7 horas;
- IV. Tempo Integral Misto – 7 horas + Parcial.

Tais matrizes estão organizadas a fim de contemplar os seguintes cursos:

- Anos Finais do Ensino Fundamental – 7 horas;
- Anos Finais do Ensino Fundamental – 9 horas;
- Ensino Médio – 9 horas;
- Ensino Médio – 7 horas;
- Ensino Médio – EPT – 9 horas - Curso Técnico Integrado em Desenvolvimento Web e Cibersegurança;
- Ensino Médio – EPT – 7 horas – Curso Técnico Integrado em Desenvolvimento Web e Cibersegurança;
- Ensino Médio – EPT – 9 horas - Curso Técnico Integrado em Administração;
- Ensino Médio – EPT – 7 horas - Curso Técnico Integrado em Informática;
- Ensino Médio – EPT – 7 horas - Curso Técnico Integrado em Química;
- Ensino Médio – EPT – 9 horas – Curso Técnico Integrado em Química;

- Ensino Médio – EPT – 7 horas – Curso Técnico Integrado em Comércio;
- Ensino Médio – EPT – 9 horas – Curso Técnico Integrado em Comércio;
- Ensino Médio – EPT – 7 horas - Curso Técnico Integrado em Marketing;
- Ensino Médio – EPT – 7 horas – Curso Técnico Integrado em Recursos Humanos.

O reconhecimento do Conselho Estadual de Educação de Goiás à louvável iniciativa da Seduc perpassa o fato de que a Política também destaca a importância do atendimento às orientações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como parte integrante da Política de Educação em Tempo Integral. O PNAE é uma política pública fundamental para garantir a segurança alimentar e nutricional dos estudantes e contribui não apenas para seu desenvolvimento físico, mas também para seu desempenho escolar. Ao considerar as diretrizes do PNAE em sua proposta, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás demonstra um compromisso com a promoção da alimentação saudável e adequada nos CEPIs, o que corrobora para a formação de hábitos alimentares saudáveis desde a infância.

O Conselho Estadual de Educação de Goiás ressalta, portanto, a importância de que a Política de Educação em Tempo Integral contemple medidas para garantir a oferta de refeições balanceadas e de qualidade aos estudantes, em conformidade com as diretrizes do PNAE. Essa abordagem reforça não apenas a importância da alimentação escolar como um direito fundamental dos estudantes, mas também seu papel na promoção da saúde e do desenvolvimento integral dos mesmos.

Outra seara de grande relevância contemplada na portaria da Seduc é referente ao cuidado demonstrado pela Secretaria de Estado da Educação de Goiás em relação à definição dos profissionais da educação e sua jornada de trabalho dentro do contexto da Política de Educação em Tempo Integral. A valorização e definição adequada dos profissionais da educação são elementos essenciais para o êxito pleno de qualquer ação educacional. Ao promover uma abordagem que considera não apenas a quantidade, mas também a qualificação e a alocação adequada desses educadores, a proposta da Secretaria de Estado da Educação de Goiás demonstra um compromisso com a excelência educacional e o desenvolvimento integral dos estudantes. Desta forma, a proposta da Secretaria de Estado da Educação de Goiás demonstra um compromisso não apenas com a qualidade do ensino, mas também com o respeito e a valorização dos profissionais que atuam na educação goiana.

O Conselho Estadual de Educação de Goiás também destaca de forma positiva as fontes de financiamento da Política de Educação em Tempo Integral, que incluem os recursos provenientes do Programa de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI/MEC). Este programa, criado pela Medida Provisória n. 746/2016, da Presidência da República, e instituído pela Portaria n. 1.145/2016-MEC, representa uma importante iniciativa do governo federal para apoiar a expansão e a consolidação do ensino médio em tempo integral em todo o país. Atualmente, a continuidade do programa é garantida pela Portaria nº 2.116, de 6 de dezembro de 2019, que estabelece diretrizes e critérios para a concessão de recursos financeiros destinados à implementação e manutenção das escolas de ensino médio em tempo integral.

A apropriação e aplicação desses recursos para financiar a Política de Educação em Tempo Integral em Goiás representa uma oportunidade relevante de investimento na qualidade da educação no estado. Esses recursos, além de viabilizar a expansão do número de unidade escolares e matrículas em tempo integral, também possibilitam a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, a melhoria da infraestrutura escolar e a valorização dos educadores.

Recomendamos que sejam elaborados, implementados e monitorados, **planos de comunicação e expansão da Política**, com foco nas metas do PNE e do PEE para ampliação das matrículas de tempo integral, tendo como base comparativa os dados pré-implementação da Política. Um ponto a ser considerado de forma destacada para tal expansão, permeia a discussão da vulnerabilidade social que, por sua vez, precisa ser mantida no centro das discussões para que a Política seja capaz de absorver esse público e oportunizar a ele possibilidades de ingresso, permanência e êxito escolar.

Com o intuito de aprofundar os estudos e análises dos documentos balizadores da Política de Educação em Tempo Integral no Estado de Goiás e, por fim, normatizar a referida Política, sugerimos que seja instituída por este Conselho Pleno, uma comissão de conselheiros para tratar especificamente desta temática e emitir documento normativo e orientador acerca da Política proposta pela Secretaria de Estado da Educação.

Percebemos a robustez da Política proposta pela Seduc para implementar Educação em Tempo Integral de maneira sólida e planejada. Assim sendo, o Conselho Estadual de Educação de Goiás ratifica seu **parecer favorável** à normatização da Política de Educação em Tempo Integral no Estado de Goiás, e reconhece sua importância para o desenvolvimento educacional e integral dos estudantes goianos.

É o parecer.

Luciana Barbosa Cândido Carniello

Conselheira Relatora

O Conselho Pleno aprovou este parecer **por unanimidade**.

SALA DAS SESSÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS, em Goiânia,
aos 26 dias do mês de abril de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA BARBOSA CANDIDO CARNIELLO, Conselheiro (a)**, em 30/04/2024, às 10:31, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO ROBERTO DE CASTRO, Presidente do Conselho**, em 02/05/2024, às 10:55, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **59646526** e o código CRC **EB670EF2**.

COORDENAÇÃO DO CONSELHO PLENO

RUA 23 63, S/C - Bairro SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-120 - (62)3201-9821.



Referência: Processo nº 202400006038318



SEI 59646526

ANEXO - PORTARIA Nº 2458/2024, de 06 de maio de 2024

08/05/2024, 14:19

SEI/GOVERNADORIA - 59876920 - Portaria

Secretaria de
Estado da
Educação



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 2458/2024, de 06 de maio de 2024

Institui a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito da Secretaria de Estado da Educação de Goiás – Seduc/GO.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando que a educação é um direito assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pela Lei federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e pela Lei federal n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – Sinajuve;

Considerando a Lei federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, meta 6, e a Lei estadual n.º 18.969, de 22 de julho de 2015, que aprova o Plano Estadual de Educação de Goiás, para o decênio 2015/2025, meta 3;

Considerando a Lei federal n.º 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, regulamentada pela Portaria n.º 1.495/2023, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral, e pela Portaria n.º 2.036/2023, de 23 de novembro de 2023, que define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas;

Considerando, em âmbito estadual, a Lei n.º 20.917, de 21 de dezembro de 2020, que institui o Programa Educação Plena e Integral, alterada pela Lei estadual n.º 21.316/2022, e a Portaria n.º 1204/2024 - SEDUC/GO, que estabelece os critérios para implantação de escolas de tempo integral no âmbito desta Secretaria de Estado da Educação; e

Considerando o compromisso do Governo do Estado de Goiás com a oferta de educação pública de qualidade, e tendo em vista a documentação constante no Processo n.º 202400006038318, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 1.º Instituir a Política de Educação em Tempo Integral no âmbito desta Secretaria de Estado da Educação – Seduc/GO, com o objetivo de orientar práticas, instrumentos e ações que visam à oferta de ensino de qualidade e de equidade e à ampliação das matrículas de educação em tempo integral, sob a perspectiva da educação integral.

Art. 2.º A Política de Educação em Tempo Integral será regida pelo Programa Educação Plena e Integral, instituído pela Lei estadual n.º 20.917, que tem por objetivo o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à melhoria da qualidade da educação básica, por meio da implementação da educação em tempo integral em unidades da Rede Estadual de Ensino de Goiás, denominadas Centros

de Ensino em Período Integral – Cepis, com conteúdos pedagógicos, métodos didáticos, gestão curricular e administrativa próprios.

Art 3.º Os Fundamentos da Política de Educação em Tempo Integral estão ancorados nas seguintes diretrizes:

I – expansão das matrículas e das escolas em tempo integral orientada pela concepção da Educação Integral;

II – currículo comprometido com o alcance dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento integral ao longo da jornada escolar diária, previsto para cada etapa e modalidade da educação básica;

III – organização curricular articulada ao desenvolvimento da Formação Geral Básica e à Parte Diversificada para a aplicação efetiva de currículo integrado e integrador de experiências;

IV – promoção da ampliação, aprofundamento e acompanhamento pedagógico das aprendizagens prioritárias, utilizando estratégias como a pesquisa científica, as práticas culturais, artísticas, esportivas, de lazer, de tecnologias da comunicação e informação, da cultura de paz e dos direitos humanos, da aprendizagem baseada na relação direta com a natureza e na preservação do meio ambiente e do autocuidado;

V – melhoria da infraestrutura física das escolas, com foco na organização de ambientes que favoreçam a diversificação das experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes;

VI – valorização de práticas educativas orientadas por uma perspectiva interdisciplinar, com superação da fragmentação dos conhecimentos com as práticas sociais e da vida cotidiana;

VII – participação ativa dos estudantes, gerada pelas experiências e vivências protagonistas, que oportuniza aos estudantes o efetivo papel no processo coletivo e colaborativo de construção e apropriação dos saberes, atitudes e práticas, com uma perspectiva de progressiva autonomia em todas as etapas da educação básica;

VIII – fortalecimento de processos de escuta, diálogo, participação e deliberação coletiva na escola, envolvendo estudantes e professores em processos democráticos de construção das práticas educativas e da proposta pedagógica da escola, inclusive com a instauração e qualificação permanente de instâncias como o conselho escolar, os clubes juvenis, a tutoria, as associações e assembleias estudantis em todas as etapas da educação básica;

IX – concepção pedagógica respaldada nos Princípios Educativos e Eixos Formativos estabelecidos pelo Ministério da Educação – MEC, os quais servem para o alinhamento dos referenciais filosóficos e conceituais contidos na proposta pedagógica do Programa Educação Plena e Integral, na perspectiva da formação plena dos estudantes;

X – os Princípios Educativos e os Eixos Formativos orientam o projeto escolar e, por consequência, a prática pedagógica na perspectiva de uma formação que permitirá que cada estudante desenvolva uma visão do próprio futuro, sendo capaz de transformá-la em realidade para atuar nas três dimensões da vida humana: pessoal, social e produtiva, naquilo que se considera ser o mais importante: o projeto de vida; e

XI – todos os processos de modulação seguem o organograma instituído para os Centros de Ensino em Período Integral – Cepis, assim como as respectivas atribuições, em conformidade com as normativas das Diretrizes Operacionais da Seduc/GO do ano letivo em vigência.

Art. 4.º Os princípios educativos da Política de Educação em Tempo Integral do Estado de Goiás são norteados pelos seguintes elementos:

I – Protagonismo Juvenil: os estudantes são motivados a serem protagonistas do processo de aprendizagem e a participarem ativamente da vida escolar e pessoal, sabendo *conhecer, fazer, conviver e ser*;

II – **Pedagogia da Presença:** os profissionais da educação se fazem presentes na vida dos estudantes, estabelecendo vínculos de confiança e respeito;

III – **Formação Integral:** os Cepis promovem o desenvolvimento dos estudantes em todas as dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural; e

IV – **Os Quatro Pilares da Educação:** condição essencial para responder aos desafios do novo século, no qual se supere a visão instrumental de educação e se passe a considerá-la como o meio para a realização da pessoa em toda a plenitude, ou seja, aquela que aprende a conhecer, aprende a fazer, aprende a conviver e aprende a ser.

Art. 5.º Os eixos formativos da Política de Educação em Tempo Integral são:

I – **Formação Acadêmica de Excelência:** trata de assegurar as condições ideais de aprendizagem para que os estudantes, em todas as etapas de ensino, desenvolvam as habilidades e atitudes nas diversas áreas do conhecimento, sendo capazes de avançar e fazer uso, aplicar e compartilhar o que aprenderam, tendo em vista que esse é um requisito fundamental para que desenvolvam as competências para o século XXI;

II – **Formação para a Vida:** oportuniza aos estudantes, nos diversos tempos e espaços do Cepi, por meio das práticas educativas e das metodologias, o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas a valores e ideais que contribuam para a formação de estudantes autônomos e capazes de tomar decisões baseadas nas crenças, valores e interesses, bem como a fazer escolhas e a responder por elas; e

III – **Formação de Competências para o Século XXI:** formar as crianças e os jovens para contribuir e atuar no mundo, por meio do trabalho e da vida social, despertando reflexões para que consigam usar o que se aprende na vida, com habilidade para transferir o que se sabe, seja em circunstâncias da vida real e/ou dividindo conhecimento com outras pessoas, apoiando os estudantes no desenvolvimento das competências necessárias para viver no século XXI.

Art. 6.º As metodologias da Política de Educação em Tempo Integral a serem efetivadas na rotina dos Cepis devem ser pautadas nas seguintes práticas educativas:

I – **Acolhimento:** os estudantes são acolhidos de forma a se sentirem seguros e valorizados no ambiente escolar;

II – **Tutoria:** os estudantes são acompanhados individualmente por um professor tutor que os auxilia no desenvolvimento pessoal e acadêmico;

III – **Nivelamento:** são oferecidas atividades de nivelamento para que todos os estudantes tenham a oportunidade de desenvolver as habilidades necessárias para o acompanhamento do ano/série em curso;

IV – **Conselho de Classe Participativo:** tem como objetivo ouvir os estudantes por meio do Pré-Conselho de Classe e possibilitar reflexões acerca dos avanços e retrocessos vivenciados na escola quanto à Proposta Pedagógica para a Educação Integral em Tempo Integral e ao desenvolvimento de habilidades e competências por parte dos estudantes, sendo utilizada, como instrumento de coleta de informações, a Ficha de Participação dos Estudantes, composta por um formulário estruturado a ser respondido sob a coordenação do Líder de Turma; e

V – **Ambientes de Aprendizagem:** propicia aos estudantes a vivência do protagonismo, sendo corresponsáveis por todos os ambientes na escola e pela construção da própria aprendizagem, por meio de salas de aula organizadas de acordo com a característica de cada componente curricular ou área do conhecimento, de modo funcional e mais atrativo ao aprendizado, além de otimizar o uso do tempo da aula.

Art. 7.º A Política de Educação em Tempo Integral é centrada na construção do Projeto de Vida e no exercício do Protagonismo Juvenil, cabendo aos Cepis oferecerem todo o apoio necessário para que os estudantes possam elaborar e implementar os próprios projetos.

CAPÍTULO II

DA DEFINIÇÃO DE ESTRUTURA E EQUIPE TÉCNICA

Art. 8.º A Diretoria Pedagógica/Superintendência de Ensino Médio, por meio da Gerência de Educação Integral, é responsável pela coordenação da Política de Educação em Tempo Integral, no âmbito da Seduc/GO.

Art. 9.º A equipe técnica responsável pela Política de Educação em Tempo Integral é composta por:

- I – Coordenador de Acompanhamento das Escolas em Tempo Integral;
- II – Coordenador de Informação e Monitoramento das Escolas de Tempo Integral; e
- III – Equipe de assessoria técnico-pedagógica.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS/JORNADA ESCOLAR

Art. 10. A jornada escolar nos Cepis é de, no mínimo, 7 horas diárias, organizada em diferentes modelos:

- I – Tempo Integral de 9 horas e 30 minutos;
- II – Tempo Integral de 7 horas;
- III – Tempo Integral de duplo turno de 7 horas; e
- IV – Tempo Integral Misto de 7 horas + parcial.

Parágrafo único. Independentemente da jornada, todos os Cepis devem ofertar os componentes curriculares da Formação Geral Básica e da Parte Diversificada - Área Integrada e utilizar metodologias que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes.

CAPÍTULO IV

DA DEFINIÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

Art. 11. Os Cepis devem organizar os espaços de modo a favorecer a diversificação das experiências de aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 12. Os Ambientes de Aprendizagem devem ser flexíveis e adaptáveis às diferentes necessidades e objetivos pedagógicos.

Art. 13. A escola deve ser um espaço acolhedor, inclusivo e que promova a participação ativa dos estudantes.

Art. 14. As escolas, para ofertarem a educação integral em tempo integral, devem obedecer aos critérios estabelecidos pela Portaria n.º 1204/2024, da Seduc/GO.

Art. 15. Para a oferta dos substratos necessários ao desenvolvimento e aprendizado do estudante, os Cepis devem apresentar infraestrutura física adequada, a fim de seguir as orientações do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com condutas devidamente orientadas pela Resolução/FNDE n.º 6, de 8 de maio de 2020, tendo como objetivo e diretriz contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos estudantes, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais durante o período letivo, de modo a:

I – ofertar alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos estudantes e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária e o estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica; e

II – os cardápios devem ser planejados para atender, em média, as necessidades nutricionais, sendo de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais, distribuídas em, no mínimo, três refeições diárias.

CAPÍTULO V

DA DEFINIÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E JORNADA DE TRABALHO

Art. 16. Os profissionais da educação que atuam nos Cepis devem ter formação específica dentro das 4 (quatro) áreas do conhecimento, além de pedagogos que atuam em funções como a coordenação pedagógica, gestão ou outras pertinentes, de acordo com as Diretrizes Operacionais em vigência.

Art. 17. A jornada de trabalho dos integrantes do Quadro do Magistério Efetivo e dos Agentes Administrativos Educacionais em exercício nos Cepis deve ser organizada de modo a garantir a presença efetiva desses profissionais junto aos estudantes ao longo de toda a jornada escolar, a ser cumprida em Regime de Dedicação Plena e Integral - RDPI, com carga horária de 8 (oito) horas diárias, correspondendo a 40 (quarenta) horas semanais ou de 6 (seis) horas diárias, correspondendo a 30 (trinta) horas semanais, em período integral, com atividades multidisciplinares e/ou de gestão especializada.

Art. 18. A equipe escolar deve atuar de forma integrada e corresponsável pelo desenvolvimento integral dos estudantes.

Art. 19. A formação continuada para servidores que atuam nos Cepis é uma premissa da proposta pedagógica da Política de Educação em Tempo Integral, visando à construção/reconstrução de saberes e práticas para garantir o desenvolvimento curricular e as rotinas pedagógicas, a ser:

I – promovida pela Seduc/GO, em parceria com as Coordenações Regionais de Educação e pelas unidades escolares, com foco na implementação do currículo de forma integrada e interdisciplinar;

II – percebida como um aperfeiçoamento necessário, direcionado à busca por alternativas que melhorem a prática pedagógica dos docentes;

III – desenvolvida coletivamente na escola, em serviço, tendo o coordenador pedagógico como mediador do processo;

IV – concretizada por meio de encontros pedagógicos sistemáticos com professores para a troca de experiências e proposições de alternativas que visem à melhoria do ensino; e

V – oportunizada por meio de momentos de estudos, reflexão e troca de experiências, garantindo o diálogo, a construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico e o envolvimento de todos os segmentos da comunidade escolar.

CAPÍTULO VI

DA DEFINIÇÃO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Art. 20. O financiamento da Política de Educação em Tempo Integral é realizado com recursos do Governo Federal e do Governo Estadual, conforme especificado a seguir:

I – recursos oriundos do Programa de Fomento à Implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI/MEC, instituído pela Portaria n.º 1.145/2016, de 10 de outubro de 2016, do Ministério da Educação, que visa a apoiar a implementação da proposta pedagógica de escolas de ensino médio em tempo integral das redes públicas dos estados e do Distrito Federal, por meio de transferência de recursos, com aporte financeiro a 85 (oitenta e cinco) Cepis de Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de Goiás, em conformidade com a Lei federal 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, e a Portaria n.º 2.116, de 6 de dezembro de 2019, que define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral, na perspectiva da educação integral, e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral;

II – recursos oriundos do Programa Escola em Tempo Integral instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que servem de aporte para a expansão de novas matrículas em educação em tempo integral; e

III – recursos do Tesouro Estadual destinados a todos os Cepis.

Parágrafo único. O gerenciamento dos recursos financeiros deve ser realizado pelo Escritório de Projetos deste Órgão, conforme estabelecido na Portaria n.º 5658, de 7 de novembro de 2023, que institui a Equipe de Implantação do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI no âmbito desta Secretaria de Estado da Educação.

CAPÍTULO VII

DAS DIRETRIZES PARA A MATRIZ CURRICULAR

Art. 21. A Matriz Curricular dos Cepis deve articular a Formação Geral Básica com a Parte Diversificada – Área Integrada, de modo a garantir o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando as diretrizes e parâmetros nacionais e locais, por meio de inovações fundamentadas na ampliação, na diversificação e no enriquecimento dos conhecimentos e experiências necessários para apoiar o estudante, a fim de proporcionar discussões significativas, despertando a curiosidade e o aprofundamento de competências, bem como favorecendo um espaço rico e diversificado para análises, estudos, intervenções, produções, criatividade e discussões.

Art. 22. A Parte Diversificada é obrigatória aos estudantes e deve ser composta por projetos pedagógicos, conhecimentos complementares, práticas e metodologias diversas integradas à Base Nacional Comum Curricular e às realidades locais, observando sempre as realidades regionais e locais, dando aos Cepis a autonomia para incluir temas do interesse da comunidade.

Art. 23. Os componentes curriculares devem ser trabalhados de forma integrada e interdisciplinar, de acordo com a carga horária adotada, considerando a inserção de componentes curriculares da Formação Geral Básica e da Parte Diversificada, que contempla o Projeto de Vida, o Estudo Orientado, o Protagonismo Juvenil, as Práticas Experimentais, a Iniciação Científica, a Preparação Pós-Médio e as Eletivas, em conformidade com o disposto nas Diretrizes Pedagógicas da Seduc/GO.

Art. 24. Será ofertado, na Rede Estadual, o Ensino Médio Integral Integrado a Educação Profissional e Tecnológica.

CAPÍTULO VIII

DAS DIRETRIZES PARA A INTERSETORIALIDADE E A ARTICULAÇÃO COM O TERRITÓRIO

Art. 25. A Seduc/GO deverá articular as políticas públicas em atendimento às diferentes realidades locais, visando à oferta de educação em tempo integral, para ampliar as oportunidades de aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes, na perspectiva da equidade.

Art. 26. A Seduc/GO estabelece espaço de diálogo e de construção de parcerias com entes municipais.

Art. 27. As atividades desenvolvidas nos Cepis devem estar em sintonia com as necessidades e potencialidades de todo o território goiano.

CAPITULO IX DA ESTRATÉGIA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 28. A Política de Educação em Tempo Integral será monitorada e avaliada de forma sistemática, com base em indicadores de desempenho e impacto, conforme definidos pela Seduc/GO/Gerência de Educação Integral, em conjunto com as Coordenações Regionais de Educação, envolvendo as ações dos Tutores Educacionais, e unidades escolares da Rede Estadual de Ensino.

Art. 29. Os resultados das avaliações internas e externas, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb e Sistema de Avaliação Educacional de Goiás – Saego, serão utilizados para o aprimoramento da Política e das práticas pedagógicas desenvolvidas nos Cepis, visando à garantia dos direitos de aprendizagem de todos os estudantes.

Art. 30. A comunidade escolar deve participar do processo de monitoramento e avaliação.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Prof.^a APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretário (a) de Estado**, em 08/05/2024, às 10:43, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **59876920** e o código CRC **7EDBBB81**.

Gerência da Secretaria-Geral
Quinta Avenida, Quadra 71, n.º 212, Setor Leste Vila Nova, CEP 74643-030, Goiânia/GO
E-mail: secretariageral@seduc.go.gov.br

Ju



Referência: Processo nº 202400006038318



SEI 59876920

SEDUC
Secretaria de Estado
da Educação

